



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA

JOSIÉLI HIPPLER

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ
DO CHAPECÓ SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO
DE SÃO CARLOS-SC**

CHAPECÓ

2017

JOSÉLI HIPPLER

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ
DO CHAPECÓ SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO
DE SÃO CARLOS-SC**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia da
Universidade Federal da Fronteira Sul apresentado como requisito
para obtenção de grau de licenciado em geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ederson do Nascimento.

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Hippler, Josiéli
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO
URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC/ Josiéli Hippler.
-- 2017.
80 f.:il.

Orientador: Ederson Nascimento .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
geografia , Chapecó, SC, 2017.

1. . I. , Ederson Nascimento, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOSIÉLI HIPPLER

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ
DO CHAPECÓ SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO
DE SÃO CARLOS-SC

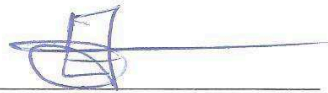
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciatura em geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

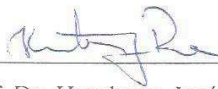
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

02 / 03 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ederson Nascimento (orientador)
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS



Prof. Dr. Humberto José da Rocha
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS



Profª Me. Rosa Saete Alba
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

AGRADECIMENTOS

Passamos por um período de quatro anos e meio de muito aprendizado, dedicação, e persistência. Foram muitas as vezes que pensamos em desistir, mas continuamos e agora concluímos mais uma etapa. A sensação é de dever cumprido!

Em primeiro lugar quero agradecer meus pais, que sempre me apoiaram e me deram forças, sem vocês não teria conseguido. Ao meu irmão (o melhor irmão do mundo). A Carla, sempre muito prestativa e carinhosa.

Ao longo da vida conhecemos pessoas que passam a fazer parte da nossa vida, e depois não imaginamos viver sem elas. Um muito obrigado enorme a você Diego, pelo companheirismo, carinho, amor e não posso esquecer daquelas ajudinhas no computador.

Evelise e Liani Hermes, obrigado por todo apoio, por todas as folgas, tornando esse momento, principalmente durante a realização dos estágios, mais tranquilo e, por transformarem essa relação de trabalho em amizade.

A toda minha família, em especial a Angélica pelo auxílio no começo dessa caminhada. Aos meus amigos, em especial, aquelas amigas de infância que sempre continuam juntas.

E como esquecer dos colegas, dessa turma incrível que somos! Muito obrigado pela companhia ao longo desses anos. Em especial a vocês amigos para qualquer hora, Bruna Natali de Castro Keschner e Mauro Kohler, com quem dividi de mais perto todos os momentos do curso.

E os mestres, não posso esquecer! Obrigado a todos os professores do curso de geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. Em especial ao Prof. Dr. Ederson Nascimento, que me acompanhou mais de perto nesta reta final, és um ótimo orientador e vou lembrar de suas dicas o resto da vida.

E para a realização desta pesquisa muitas pessoas foram fundamentais. Agradeço a Prefeitura Municipal de São Carlos, em especial ao Douglas e o engenheiro Matheus, que sempre estiveram disponíveis e forneceram os dados mais importantes para o trabalho. Ao Pedro, representante do Movimento dos Atingidos por Barragem, a Casa da memória de São Carlos, em especial ao Alecsander, por toda paciência e auxílio neste período, a Cristiane da biblioteca Pública Municipal de São Carlos, a família Kerber, pela disponibilização de fotografias, Aos jornais locais, Polo Foz e Correio do Oeste, pela disponibilização de seus arquivos para pesquisa.

A todos que de uma ou outra forma ajudaram ao longo do curso.

Muito Obrigado.

RESUMO

O uso da técnica é empregado na relação do homem com a natureza, configurando o espaço geográfico como um conjunto de materialidades e imaterialidades. Através dos sistemas de engenharia, que correspondem às materialidades, surgem ações que determinam alterações no espaço, como no caso do impacto de grandes obras. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a expansão urbana de São Carlos, sob influência do período de construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, no município vizinho de Águas de Chapecó, entre os anos de 2006 a 2012. Para a realização da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos em obras vinculadas ao tema, documentos, como relatórios, jornais e fotografias. Realizou-se também o mapeamento das áreas urbanizadas, a partir de imagens de satélite de 2002 a 2016, e elaboração de mapas temáticos, utilizando o programa de geoprocessamento QGIS. São Carlos foi local para moradia de muitos operários e suas famílias durante a obra da hidrelétrica. Essa demanda, principalmente por espaço para moradia, provocou uma expansão urbana horizontal na hinterlândia da cidade. Áreas que antes eram utilizadas por atividades primárias foram transformados em loteamentos, tendo como consequência a valorização da terra. Além de ocupação de lotes vazios no centro da cidade, que estavam sob poder dos proprietários fundiários aguardando valorização. Alguns lotes de terra foram alterados nesse período e atualmente formam vazios urbanos, pois a demanda por espaço para moradia não é mais tão expressiva. Alguns novos investimentos aconteceram após o término da obra, como na educação, com a construção de um campus do Instituto Federal de Santa Catarina, de um condomínio residencial e incentivos no setor industrial. Constata-se, assim, que a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, foi fundamental para um acréscimo no desenvolvimento do centro urbano de São Carlos.

Palavras-chave: Urbanização. Espaço Urbano. Expansão urbana. Usina hidrelétrica Foz do Chapecó. Impactos socioespaciais urbanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de São Carlos.....	9
Figura 2. Municípios atingidos pela barragem	18
Figura 3. Anúncio da Barragem em jornal local.....	19
Figura 4. Informativo Foz do Chapecó	21
Figura 5. Área de atuação da Colonizadora Cia Sul Brasil	33
Figura 6. Localização da sede de São Carlos	36
Figura 7. Praça da matriz em 1975	37
Figura 8. São Carlos no início da década de 1940.....	38
Figura 9. São Carlos na década de 1950; atual Avenida Santa Catarina	39
Figura 10. Centro de São Carlos na década de 1980.....	41
Figura 11. Bairro Pratas na década de 1990	43
Figura 12. Vista aérea do clube e do balneário de Pratas em 1985.....	44
Figura 13. Balneário de Pratas.....	45
Figura 14. Localização dos centros urbanos de São Carlos e Águas de Chapecó e proximidade com a UHE Foz do Chapecó	49
Figura 15. Noticiário de jornal da região	50
Figura 16. Perímetros urbanos de São Carlos.....	51
Figura 17. Perímetro urbano de São Carlos.....	53
Figura 18. Imagens da área central de São Carlos (2002- 2016).....	54
Figura 19. Imagens da área urbanizada no Bairro Pratas (2007- 2016).....	55
Figura 20. Expansão urbana de São Carlos- SC, de 2002 a 2016.....	55
Figura 21. Vazios urbanos.....	59
Figura 22. Vazios urbanos.....	60
Figura 23. São Carlos em 2002.....	61
Figura 24. São Carlos em 2016.....	61
Figura 25. Bairro Pratas	62
Figura 26. Loteamento Ana Maria.....	64
Figura 27. Condomínio residencial Vale das Águas.....	65
Figura 28. Localização dos Bairros, Instituto Federal, Área Industrial e Condomínio Residencial	66
Figura 29. Área industrial de São Carlos	67
Figura 30. Rua Principal Bairro Cristo Rei	68
Figura 31. Área próximo ao parque industrial.....	68
Figura 32. Loteamento habitacional Silvenio Picoli, instalado em 2009.	69
Figura 33. Bairro Tancredo Neves.....	69
Figura 34. Bairro Cidade Leste.....	70
Figura 35. Centro- Avenida Santa Catarina.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População de São Carlos, 1960 à 2010.....	39
Tabela 2. Pessoas ocupadas na indústria, São Carlos- SC	43
Tabela 3. Renda familiar por classes	46
Tabela 4. Número de domicílios urbanos por classe econômica em São Carlos, em 2011	46
Tabela 5. Expansão urbana de São Carlos (Km ²)	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1	12
RELAÇÕES ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE OBJETOS TÉCNICOS E A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COM ENFASE NO ESPAÇO URBANO.....	12
1.1 A TÉCNICA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	12
1.2 MACROSSISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO	14
1.3 USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ	17
1.4 A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES OBRAS DE ENGENHARIA E A INFLUÊNCIA SOBRE A AÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	23
Capítulo 2	32
EVOLUÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA DE SÃO CARLOS.....	32
2.1 OESTE CATARINENSE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO.....	32
2.2 SÃO CARLOS.....	35
Capítulo 3	48
IMPACTOS DO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ SOBRE A EXPANSÃO HORIZONTAL E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL URBANA DE SÃO CARLOS	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

As relações do homem com o espaço passaram por inúmeras transformações, principalmente tecnológicas, em que um objeto técnico passa a fazer parte da natureza. Esses objetos são resultados de uma técnica, e através desta que o homem se relaciona com o natural. Esta técnica, neste trabalho, será definida, tomando como base as proposições de Santos (2008) como sistemas de engenharia, que são capazes de provocar muitas transformações no âmbito ambiental e social, no espaço em que são implantadas.

São obras de grande magnitude, que alteram a funcionalidade do território, causando impactos praticamente irreversíveis no meio ambiente e na população diretamente atingida. Como também impactos temporários da movimentação para a execução do projeto, como o aumento da população temporária nos centros urbanos mais próximos ao canteiro de obras.

Para o desenvolvimento nacional, um dos primeiros temas que vem a discussão é a matriz energética do país, que não é suficiente para atender as demandas de um desenvolvimento territorial e social necessário no Brasil. Com a necessidade de ampliar a produção de energia no país as usinas hidrelétricas são consideradas fontes de produção de energia limpa e renovável. Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, lançado em 2007, o estado de Santa Catarina foi contemplado com a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó no rio Uruguai, que se localiza na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

São Carlos é um dos centros urbanos mais próximos a obra e sofreu alterações consideráveis no período de construção. O município de São Carlos está localizado no oeste do estado de Santa Catarina. Conta com uma extensão territorial de 161, 292 Km² e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população no ano de 2010 era de 10.291 habitantes, para 2016 a estimativa da população era de 11.038 habitantes (IBGE cidades). O início de sua colonização foi em 1927 e emancipou-se do município de Chapecó em fevereiro de 1954.

Figura 1. Localização de São Carlos.



Fonte: Mapa interativo- Santa Catarina.

O município relativamente jovem, e tem na agricultura sua principal atividade econômica, o setor comercial e a indústria também já tem uma participação considerável e se mostra crescente nos últimos anos.

É o centro urbano mais próximo a Águas de Chapecó, apenas separados pelo rio Chapecó, afluente do rio Uruguai. Assim com a grande quantidade de operários que se deslocaram para a região para trabalhar na obra esses dois centros urbanos foram os mais procurados para atender a demanda por moradia temporária

A mancha urbana de São Carlos é pequena, porém a maior parte da população reside na área urbana, correspondendo a aproximadamente a 6.900 habitantes (IBGE, Censo 2010). A cidade se caracteriza principalmente pela conservação de um centro tradicional e pela expansão através de loteamentos nos arredores na mancha urbana preexistente.

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise dos impactos da construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó sobre o processo de expansão urbana do município de São Carlos. O tema desta pesquisa é importante para se ter uma análise da expansão urbana do município de São Carlos no período que antecede a obra, durante e após a conclusão da usina hidrelétrica,

trabalhando com dados quantitativos e geocartográficos da expansão urbana, dados populacionais e transformações socioeconômicas.

O oeste catarinense é uma área conhecida pelo agronegócio. Portanto, parte considerável dos estudos realizados desta região, para a área da geografia, levam este tema como principal. Já a proposta para este trabalho é estudar um pouco sobre a urbanização de uma das cidades que compõe esta região. Acreditamos que é de suma importância entender a realidade local e principalmente as transformações ocorridas neste espaço com o impacto de uma obra de infraestrutura deste porte. Pensando em investimentos de grandes empresas, públicas e estatais que formaram o consórcio proprietário da usina hidrelétrica Foz do Chapecó influenciando transformações no espaço em análise.

Para a realização da pesquisa a principal dificuldade foi levantar informações sobre o município, principalmente da área urbana que é uma preocupação relativamente recente para São Carlos, e até então poucos estudos trazem estes aspectos.

Foram realizados levantamentos de matérias junto a Casa da memória de São Carlos, biblioteca Pública de São Carlos, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de São Carlos e Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Foram também pesquisadas documentais como relatórios, jornais e fotografias relacionadas a pesquisa.

Para a realização dos trabalhos geocartográficos referentes ao mapeamento das áreas urbanizadas do município o primeiro passo foi buscar imagens de satélite de qualidade para o período de 2002 a 2016. Utilizamos imagens disponíveis na internet no aplicativo Google Earth Pro, as mesmas foram salvas e georreferenciadas no programa de geoprocessamento Qgis. Posteriormente, realizamos a vetorização manual, que consiste em demarcar as áreas urbanizadas para a elaboração do mapa temático da expansão urbana no município de São Carlos. Após a demarcação das áreas urbanizadas, através do mesmo programa de geoprocessamento realizamos o cálculo deste espaços em quilômetros quadrados.

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro contextualiza o uso da técnica sobre o espaço, a formação do macrossistema elétrico nacional e caracteriza a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. O capítulo dois aborda o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina e a atuação da colonizadora Sul Brasil com destaque para a evolução histórico geográfica de São Carlos, a formação do núcleo urbano de São Carlos e as atividades econômicas. No capítulo três, são apresentados os impactos da construção da UHE Foz do Chapecó na área urbana de São Carlos, o processo de expansão urbana horizontal através de

análise de imagens de satélite da área urbana, descrição do espaço urbano e investimentos que aconteceram após o término da barragem, influenciados pela movimentação deste período.

Capítulo 1

RELAÇÕES ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE OBJETOS TÉCNICOS E A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COM ÊNFASE NO ESPAÇO URBANO

1.1 A TÉCNICA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A relação do homem com a natureza vem se modificando cada vez mais com o passar do tempo. As evoluções tecnológicas, proporcionaram um avanço enorme no uso da técnica sobre o processo de produção. O espaço e suas funcionalidades estão se modificando a cada dia de acordo com as necessidades de cada período histórico.

É nesse contexto que o espaço geográfico deve ser visto como território usado (SANTOS, 2000). Sendo assim, o território é resultado e condição da construção da sociedade, ou seja, um espaço vivido e usado por todos os agentes sociais em sua totalidade. A combinação do material com a imaterialidade (RAMALHO, 2006).

Segundo Santos (2008), podemos caracterizar o espaço como sistemas de objetos e sistema de ações. Os objetos são criados pelos homens, e cada vez mais os objetos tomam o lugar do natural, já as ações tem como resultado alterar, modificar a situação em que atuam.

Os objetos são definidos de acordo com o momento histórico e pelo uso da técnica naquele determinado momento. É através de objetos, tratadas como próteses que funcionalizam o território, que esta relação homem e espaço acontece (RAMALHO, 2006).

Santos (2008, p. 68), define os grandes projetos de engenharia como objetos geográficos implantados no espaço. Para ele “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas existentes num determinado momento histórico”, assim se tornando meios de ação cristalizados no espaço e fundamental na vida do homem. É a partir do uso da técnica que o homem estabelece sua relação com a natureza, a qual se modifica com o passar do tempo e torna essa relação cada vez mais intensa. Assim Santos (2008, p. 29) trata das “técnicas como conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

É desta maneira que o território está sempre em processo de mudança, sendo usado em função da contemporaneidade e da temporalidade dos agentes, exigindo uma análise adequada com o período histórico dos acontecimentos. Para a análise das mudanças no território, a técnica está presente como dado explicativo da sociedade e dos lugares, pois ela tem capacidade de organizar, normatizar e usar o território (RAMALHO, 2006).

A técnica, empregada em sistemas de engenharia, construídos no espaço como objetos geográficos transforma a dinâmica local sob decisões ou ações externas de uma sociedade ampla. É o que Santos (2008) chama de tecnosfera, que obedecendo os meios de produção substitui o meio natural ou a técnica ultrapassada.

A instalação de grandes obras de engenharia em qualquer ponto do território, influenciados por demandas a serem contempladas, ocasionam diversas mudanças no espaço. Bortoleto (2001) trata dessas grandes obras de infraestrutura como a chegada de algo novo para a região atingida. O período de execução da obra, corresponde ao início de transformações mais intensas no espaço regional, com o uso de novas técnicas e aumento do fluxo de capital interferindo nas atividades econômicas locais.

No caso específico da implantação de grandes obras de engenharia, quase sempre vem junto um discurso que preza pela promoção do desenvolvimento. As cidades atingidas são influenciadas em sua organização socioespacial, primeiramente com o aumento da população temporária, que corresponde aos trabalhadores atraídos pelo emprego nestas obras. Que ocasionam o aumento da procura por espaço para moradia, alterando a dinâmica imobiliária do local, podendo ocasionar a expansão urbana, devido à procura de espaço para moradia.

Com a realização de megaprojetos, ocorre uma nova ocupação territorial, o centro hegemônico, político e econômico comandado por grandes empresas, que neste caso correspondem a construtoras e empresas responsáveis pela geração de energia apropria-se do espaço, impondo seus interesse. São os agentes externos, com grande poder econômico que comandam aquele determinado espaço por um período de tempo favorecendo a acumulação do capital. Em nome do desenvolvimento econômico, ficam abertas diversas lacunas durante a discussão dos projetos, sem debater profundamente, os verdadeiros impactos que são impostos a quem não concorda e resiste. Alguns impactos, principalmente socioambientais, muitas vezes são maquiados as custas do crescimento econômico (BORTOLETO, 2001). No caso das hidrelétricas este discurso está muito presente, fala-se na criação de energia que é fundamental para o desenvolvimento nacional, sendo que na realidade, a população local é diretamente atingida e sofre as consequências, falta de diálogo, indenizações insuficientes, perda de identidade do local onde vivem, destruição de comunidades e diversos impactos ambientais. As mudanças locais são simplesmente impostas a população.

A criação deste discurso de desenvolvimento, e através dele, a criação de um imaginário é definido por Santos (2008) como a psicofera. Que se caracteriza como responsável pela realização de várias ações que reorganizam o território em um determinado período de tempo.

1.2 MACROSSISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO

O uso da técnica, aderindo como prótese ao espaço na relação homem e natureza, funcionaliza o território, através de “grandes infraestruturas voltadas a viabilizar ações de acordo com as demandas de cada período, sendo denominadas macrossistemas técnicos ou sistemas de engenharia” (RAMALHO, 2006, p. 9). Um macrossistema técnico é um sistema técnico heterogêneo, formado por estruturas físicas e base do funcionamento de outros subsistemas técnicos, em que cada subsistema se interliga com outro e formam o macrossistema (CATAIA, 2014). Essas infraestruturas são importantes para o desenvolvimento econômico, e quem as coordena são grandes empresas que dominam esta técnica, responsáveis pelos macrossistemas, comandando cada setor, neste caso, o setor energético.

O uso do macrossistema elétrico, atualmente se torna fundamental para o funcionamento de outros macrossistemas. Pois, em um período denominado como meio técnico-científico informacional, a energia tornou-se fundamental para a distribuição da informação que é indispensável para a atuação das redes de poder (RAMALHO, 2006). Por sua vez, a importância da energia elétrica também se torna indispensável para a manutenção de uma qualidade de vida para a população em geral. A energia derivada da produção hidrelétrica no Brasil foi um salto na melhoria de vida da população tanto como para o desenvolvimento econômico e maior industrialização do país. A partir do momento em que a energia hidrelétrica, passou a ser produzida em maior escala, por ser uma energia considerada limpa e mais barata, a energia elétrica tornou-se de mais fácil acesso a maioria da população.

No Brasil, a partir do século XX que tivemos maior utilização da energia elétrica. Com a crescente urbanização e industrialização em alguns locais do país, a rentabilidade do fornecimento de energia elétrica atraiu investimento de empresas internacionais no sistema elétrico nacional. Somente na década de 1930, sob a necessidade de regulamentação deste setor, que o Estado passou a impor seus interesses nacionais sobre os internacionais. Como todo o sistema era dividido e municipalizado, pensou-se na necessidade de regionalizar e nacionalizar o sistema elétrico. Para isto, buscou-se realizar os primeiros estudos de potenciais elétricos e seu planejamento e novas áreas passam a receber sistemas técnicos para produção e transmissão de eletricidade.

Destes estudos destacam-se o potencial hidráulico brasileiro e planos de interligação e a necessidade de uma divisão em regiões autossuficientes na geração de energia. O Estado assumiu papel central no setor em 1960 com a criação do Ministério das Minas e Energia. Em 1962 surge a Eletrobrás, e em 1970 o Estado se consolida como principal responsável pela

transformação da base material do território e passou a investir em grandes quantidades no setor elétrico, tendo como motivação o aumento da demanda energética. A partir de 1970, o período técnico- científico informacional está se consolidando e a demanda por energia aumenta ainda mais. Assim, o território se técnica com maior potencial de instalação de eletricidade. Os investimentos em hidrelétricas e nos sistemas de transmissão aumentaram na década de 1980 (RAMALHO, 2006).

Portanto, o Estado “prepara o terreno”, com o propósito de aumentar o desenvolvimento e ao mesmo tempo favorece grandes empresas, principalmente construtoras e empresas que controlam a geração energética no país. Em 1982 surge o Grupo Coordenador de planejamento do sistema elétrica e se consolida toda estrutura organizacional do macrossistema elétrico nacional, tendo a Eletrobrás com o papel principal.

Vários planos e estudos foram realizados para implantação de hidrelétricas no território nacional, mostrando um planejamento a longo prazo e agregando todas as regiões do país em dois grandes sistemas de transmissão, que atualmente estão interligados. Entre 1960 e 1980 o sistema teve crescimento com a interligação do sistema beneficiando as áreas de interesse, favorecendo a formação de áreas mais desenvolvidas no país, “promovendo assim a tecnificação seletiva do território, uma modernização incompleta e desigual” (RAMALHO, 2006, p. 35).

Durante as décadas de 1980 e 1990 o Brasil não fez muitos investimentos para a geração de energia, o que provocou inúmeros “apagões” no início dos anos 2000, em que a quantidade de energia disponível não foi suficiente para atender a demanda da população (BÁREA, 2014).

Para minimizar os problemas do setor energético nacional o governo federal lançou várias medidas. Uma delas foi a criação da Empresa Pesquisa Energética (EPE) em 2004. Esta é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia que tem a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Outra medida foi a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e 2011 em sua segunda fase. Este, por sua vez, tem o papel de planejar e executar grandes obras de infraestrutura nos setores social, urbano, logística e energético do país. A preocupação para o setor energético que atende as indústrias e as áreas com urbanização mais concentrada foi minimizada com muito investimento pesado na construção de hidrelétricas. Para minimizar desigualdade de oferta de energia elétrica no território nacional, que ainda é expressiva, foi criado o Programa Luz Para Todos em 2003, com o objetivo de custear a instalação de energia elétrica para as famílias mais carentes do meio rural.

O setor energético sempre foi motivo de preocupação levando em consideração o aumento da demanda de consumo de todos os setores. São várias as opções de fontes de energia. Com a ameaça de escassez de algumas fontes, vem se investindo cada vez mais em fontes de energia renováveis. No Brasil vem crescendo a sua produção e utilização, que já correspondem a um uso de 41,2 % de toda energia consumida no país (EPE, 2016). Uma das fontes de energia mais utilizada no Brasil, dentre as fontes de energia renováveis, é a hidroeletricidade. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 11,3% de toda energia consumida em 2015 no Brasil é hidráulica, considerada uma energia limpa, por não utilizar combustíveis fósseis na sua produção (EPE, 2016). Ela é produzida pelo aproveitamento do fluxo das águas em uma usina com a construção de barramentos para formação de lagos artificiais e desviando rios. Apesar de ser considerada uma energia limpa, a construção de uma barragem causa inúmeros impactos ambientais com o barramento do rio, formação do lago e trecho de vazão reduzida. Os impactos sociais também são inúmeros, principalmente para os ribeirinhos atingidos e todas as comunidades que perdem o seu local de origem, precisando procurar outros lugares para morar. E para os que permanecem, ficam por muitas vezes isolados e perdem algumas atividades econômicas que dependiam do rio, como a pesca.

No Brasil a primeira hidrelétrica foi construída no século XIX, com capacidade de produção de 0,5 MW (ANEEL). Depois desta, as tecnologias e a capacidade de produção mudaram muito até os dias atuais. A construção de usinas hidrelétricas ocasionam inúmeras divergências, devido aos seus impactos ambientais e sociais. Contudo, continuam sendo alvo de investimentos para a produção de energia e fonte de renda para grandes empresas deste ramo da economia que nem sempre respeitam todas as normas para a realização de projetos de tamanha magnitude.

Assim Ramalho (2006) afirma que, “a criação de novos sistemas de objetos vinculados a eletricidade, ou mesmo a refuncionalização dos já existentes, liga-se diretamente a um conjunto de ações políticas, econômicas, sociais, implicando profundas mudanças no território usado” (RAMALHO, 2006, p. 11).

É neste contexto de potencial hidrelétrico abundante, juntamente com políticas energéticas que influenciaram a geração de energia que foi construída a usina hidrelétrica Foz do Chapecó, entre os municípios de Águas de Chapecó, em Santa Catarina e Alpestre, no Rio Grande do Sul no rio Uruguai. Foco da análise específica deste trabalho.

1.3 USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ

Como resultado de todo um sistema de ações de uma sociedade ampla através de seus poderes hegemônicos de transformação de um espaço, e por meio de um sistema técnico que “inclui, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação” (SANTOS, SILVEIRA, 2011, p. 20) em que “o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS, SILVEIRA, 2011, p. 21) que age diretamente em uma escala local onde acontece a implantação de objetos geográficos, como a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, provocando novas ações, posteriores e em menor escala, para a reorganização do espaço.

A implantação de uma nova técnica é produto de várias ações de uma sociedade ampla, representada por lideranças econômicas e políticas que articula seus interesses majoritários com agentes locais e regionais, que posteriormente agem na escala local e regional da área impactada. Uma das ações que acontece posteriormente é idealizada pela construção do imaginário. O discurso que é sempre apresentado fala de desenvolvimento econômico regional, através da tecnificação do território.

A chegada desse novo; gera insegurança na população regional. Uma das principais diferenças é o aumento demográfico temporário e a infraestrutura urbana regional que pode não dar conta da demanda, principalmente com local para moradia e prestação de serviços. A perda de atividades preexistentes, que não serão mais viáveis após o término da obra é notável no caso das usinas hidrelétricas, em que a situação dos pescadores é a mais complicada. Com o barramento do rio, o curso a jusante fica praticamente seco e não oferece mais atividade rentável para os mesmos, que precisam se readaptar em uma nova atividade, ou mesmo migrar para outro local para seguir vivendo da pesca. O mesmo acontece com as famílias atingidas, que são indenizadas e precisam sair do local e planejar a sua vida em lugares diferentes.

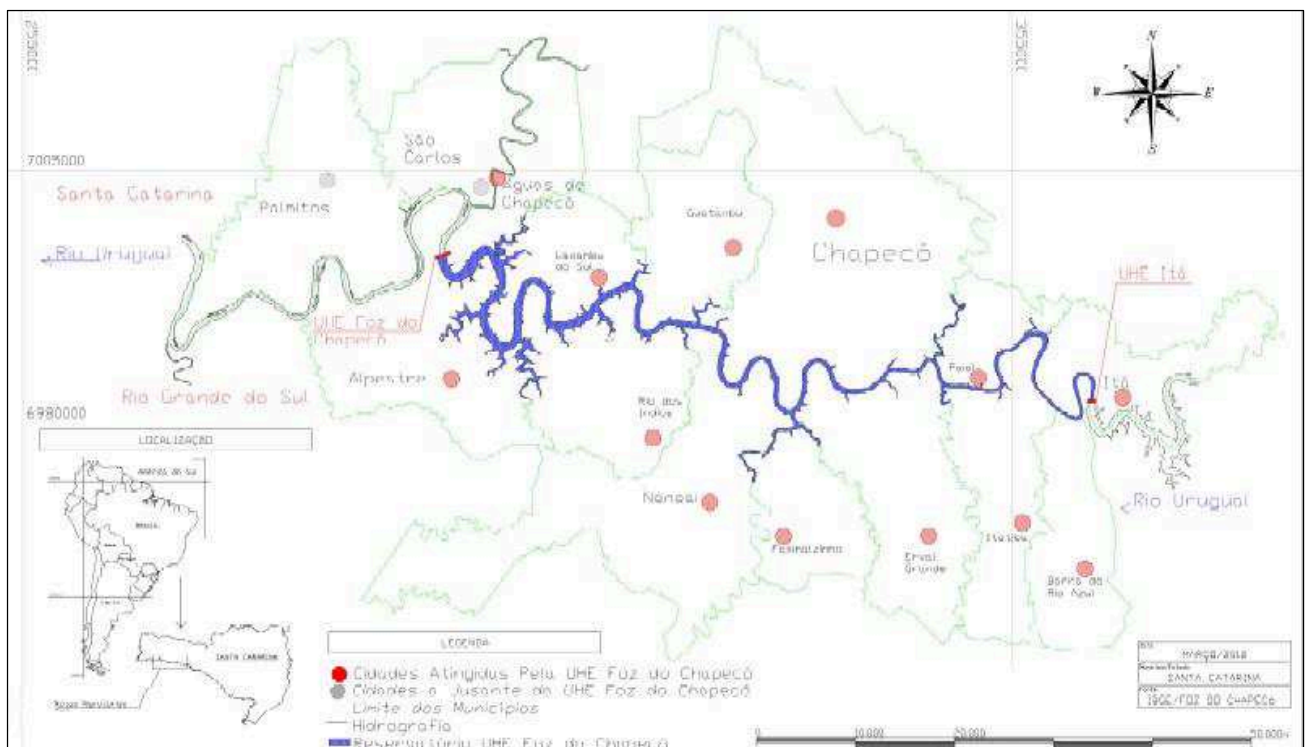
Bortoleto (2001) aponta para a incorporação do discurso de desenvolvimento ser bem aceito pelas autoridades locais que são atingidas pelas hidrelétricas. Eles absorvem e reproduzem o discurso do Estado de promover o desenvolvimento nacional e regional. Outro ponto a ser analisado, é que mesmo tendo posicionamentos contraditórios, a obra nunca é paralisada totalmente, pois quem está concretizando o projeto apresenta um discurso de minimizar os fatores negativos, reconhecendo sua existência, mas assinalando que isso precisa ser superado para produzir energia e favorecer o desenvolvimento regional e nacional, sendo que na maioria das hidrelétricas a energia produzida é consumida muito distante do local de

produção (BORTOLETO, 2001). É o que acontece na usina hidrelétrica Foz do Chapecó, em que a produção é interligada com o sistema nacional de energia.

Não estamos apontando que somente existem pontos negativos na construção de hidrelétricas, ou qualquer outra obra de grande porte, pelo contrário, estamos fazendo um análise dos fatores envolvidos durante o momento conturbado para a população atingida de maneira direta e indireta. Toda grande obra de infraestrutura gera estes impactos, por ser algo totalmente diferente a realidade vivenciada no local.

A Usina hidrelétrica Foz do Chapecó está localizada entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RG). Foram doze municípios atingidos com a formação do lago, sendo eles, Águas de Chapecó, Guatambu, Caxambu do Sul, Chapecó, Paial, Itá, no lado catarinense e Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul no Rio Grande do Sul. Além dos três municípios atingidos pelos dezanove quilômetros do trecho de vazão reduzida do rio Uruguai, sendo São Carlos, Palmitos e Alpestre, que não são considerados municípios atingidos, pois na legislação somente são considerados municípios atingidos aqueles que perdem áreas de terra com a formação do lago, portanto São Carlos e Palmitos não recebem retorno de impostos sobre a produção de energia da UHE Foz do Chapecó (Foz do Chapecó S.A.).

Figura 2. Municípios atingidos pela barragem



A bacia do rio Uruguai, por ter o relevo acidentado favorece a construção de usinas hidrelétricas. De acordo com a ANEEL, 40% do potencial hidrelétrico da bacia já está sendo explorado, e várias barragens ainda estão em fase de estudos para o rio Uruguai e seus afluentes.

Os estudos de viabilidade para a construção da UHE Foz do Chapecó tiveram início na década de 1980 (Foz do Chapecó S. A.). Porém, somente em 2001 que a ANEEL, assina contrato de concessão de trinta e cinco anos para a construção, administração e operação da usina com o consórcio Foz do Chapecó S.A (Contrato de concessão nº 128/2001- ANEEL-UHE Foz do Chapecó).

A notícia que a barragem finalmente iria sair do papel, começou a circular no ano de 1999, em que um jornal local já comunicava o cadastramento de famílias que iriam ser atingidas no município de Caxambu do Sul.

Figura 3. Anúncio da Barragem em jornal local



Fonte: Arquivo MAB.

Esta primeira fase do empreendimento foi um período com muitas dúvidas por parte da população. Uma parcela da população teve reação negativa, com medo de não serem indenizados, para onde iriam com suas famílias, que pessoas vinham para trabalhar na obra, com medo do aumento da criminalidade, transmissão de doenças e o aumento de pessoas para serem atendidas pela infraestrutura local, como postos de saúde e escolas. Outra parte da

população foi favorável, como o setor imobiliário que teve um aquecimento e o comércio, em que várias lojas se instalaram neste período. Outro fator responsável pela aceitação de uma parcela da população foi o discurso de desenvolvimento bem elaborado e reproduzido pelas autoridades locais, inclusive criando atritos entre as autoridades locais e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que foi o principal movimento que auxiliou os atingidos. O MAB teve papel fundamental para esta obra, levando em consideração a construção de outras obras que deixaram marcas difíceis de serem revertidas após o término das obras, foi importante o planejamento e auxílio aos menos favorecidos neste período, causando o mínimo possível de problemas. Como afirma Baron (2012, p.104)

Nessa disputa ideológica na arena da UHE Foz do Chapecó, os agentes envolvidos mantiveram diferentes posições em relação ao empreendimento e o desenvolvimento da região. Com a promessa de que a obra traria o desenvolvimento da região com a geração de empregos, incremento na economia dos municípios com compensações financeiras e o crescimento do turismo da região, propaganda de início da obra, levou várias pessoas a acreditarem, realmente, nesta estratégia mítica.

Para suprir algumas necessidades os municípios de Águas de Chapecó e São Carlos, que receberam o maior número de operários e suas famílias, tiveram auxílio do consórcio Foz do Chapecó com investimentos principalmente nas áreas da saúde e educação.

Os principais conflitos sociais foram em relação as indenizações das famílias atingidas, o reassentamento das famílias não teve áreas suficiente para todas e algumas optaram por cartas de crédito, fornecidas pelo consórcio como forma de indenização. O consórcio somente reconhecia quem tinha título de propriedade da terra como famílias a serem indenizadas, desconsiderando um número elevado de pescadores, posseiros e arrendatários, causando outro conflito, que com mediação do MAB foi solucionado e a maioria das famílias foram indenizadas, em muitos casos com valores inferiores ao que usufruíam em suas antigas localizações. Os pescadores foram auxiliados com entrega de matérias de pesca, a criação da colônia de pescadores e a construção de galpões para o manuseio da produção, porém essas instalações foram feitas em áreas do rio que ficaram com a vazão reduzida, assim os pescadores tinham matérias e infraestrutura mas não tem mais peixes.

O trecho do rio Uruguai, de 18 quilômetros, a jusante da barragem, com vazão reduzida não estava incluído no primeiro estudo de impacto ambiental, e com mobilização das autoridades locais que este estudo foi realizado, propondo alternativas para minimizar os impactos ambientais e perdas econômicas.

Os impactos ambientais foram em grande escala, como o desmatamento e morte de animais silvestres que foram amenizadas com monitoramentos e reflorestamento. Mas o rio

não tem mais volta e as comunidades atingidas sofrem com este impacto irreversível. O balneário de Pratas em São Carlos pode optar pela construção de um dique e a construção de um parque aquático em troca deste impacto com a perda do rio e conseqüentemente suas atividades turísticas. A comunidade optou pela construção de um parque aquático e de um poço profundo para atender as demandas da população.

Figura 4. Informativo Foz do Chapecó



Fonte: Arquivo MAB

Porém o parque ainda não foi concluído e a outorga de exploração de água do poço profundo pertence a um empresário local que utiliza a água para abastecer seu hotel de alto padrão construído as margens do rio Uruguai.

O local de construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó foi alterado duas vezes, no projeto anterior o lago atingiria a parte urbana de São Carlos e assim atingiu somente áreas de

agricultura. O consórcio já apresentou o projeto concluído e a única disputa que houve pelas autoridades locais foi por parte dos municípios de Águas de Chapecó e Alpestre pela instalação da casa de forças, onde posteriormente é gerada a maior parte de impostos, porém o projeto inicial foi executado e a casa de força está em Alpestre- RS. Os demais municípios atingidos por áreas alagadas recebem 45% dos royalties de acordo com o percentual de áreas alagadas em cada município, outros 45% são divididos entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os 10% restantes são divididos entre os órgãos federais (Foz do Chapecó S. A.).

Em dezembro de 2002 a 2006 foram feitos os estudos ambientais e licenças pelo Ibama. Em dezembro de 2006 começa a instalação do canteiro de obras e em março de 2007 iniciam as obras para a implantação da hidrelétrica. Posteriormente no mês de agosto de 2010, o consórcio obtém a licença de operação. Em outubro de 2010 a primeira unidade de geração entra em operação, em novembro a segunda e no mês de dezembro de 2010 a hidrelétrica é inaugurada e entra em funcionamento a terceira unidade, no ano seguinte, em março de 2011 a quarta e última unidade entra em operação (Foz do Chapecó S. A.). Portanto, do final de 2006 ao ano de 2011, foram muitas as atividades na região para a construção da hidrelétrica.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó é responsável pela adição de 855 MW ao sistema interligado brasileiro, foram investidos mais cerca de 2,6 bilhões de reais, financiados pelo BNDES e com recursos próprios dos acionistas. Para a construção de uma obra de tamanha magnitude, foram gerados cerca de sete mil vagas de empregos e no pico da obra mais de quatro mil empregos diretos.

Atualmente são acionistas deste consórcio a CPFL energia, com 51% das ações, esta era uma empresa privada brasileira do setor energético, atualmente a estatal chinesa State Grid é proprietária da maior parte das ações deste grupo sendo o acionista controlador do grupo. Eletrobras Furnas, com 40% das ações, é uma empresa de capital aberto, controlada pelo governo brasileiro e a Companhia estadual de transmissão e geração de energia (CEEE Geração e Transmissão), com 9% das ações, esta é um empresa que faz parte do grupo CEEE Geração e Transmissão em que o estado do Rio Grande do Sul tem 99,99% de suas ações.

São empresas nacionais e internacionais que formam a empresa Foz do Chapecó Energia. Atualmente o maior acionista é o grupo CPFL Energia, controlado por uma empresa chinesa, ou seja, o capital estrangeiro administra este empreendimento.

A implantação desse empreendimento, por grandes empresas, atendendo aos interesses do mercado, teve influências diretas na escala local e regional, a reestruturação do espaço urbano local sob ação dos agentes responsáveis, foi uma das principais modificações.

1.4 A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES OBRAS DE ENGENHARIA E A INFLUÊNCIA SOBRE A AÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Ao municípios atingidos por grandes obras de engenharia, como as usinas hidrelétricas, são influenciadas em sua organização, primeiramente com o aumento da população temporária, que corresponde, em sua ampla maioria, aos trabalhadores atraídos pelo emprego nestas obras, as quais demandam grande quantidade de mão de obra em sua construção. Para o incremento da população é preciso mais espaço adequado para residência, o que leva a um processo de expansão da área urbana. Assim, respectivamente, com o aumento da demanda, o valor das terras urbanas e periurbana aumentam.

Nas cidades, que ficam próximas ao canteiro de obras, as mudanças também são inúmeras. No caso dos municípios impactados pela construção da Usina Foz do Chapecó, a mais notável é a chegada de um número expressivo de população temporária que correspondem aos operários e suas famílias. Essas pessoas precisam de lugar para residir e de toda a infraestrutura de um centro urbano neste período. Aproveitando os acontecimentos dessas transformações, durante a construção da usina, os agentes produtores do espaço urbano local e regional aproveitam o momento de maior demanda por solo urbano, principalmente por espaço para moradia, e sua conseqüente valorização.

O aumento da migração temporária para pequenas municípios, que com centros urbanos modestos, em relação a oferta de serviços e produtos como também em espaço urbano, ocasiona diferenças no dia-a-dia das pessoas.

Muitos lotes urbanos estavam vazios, pois a procura era pouca. Com o aumento da demanda este solo foi valorizado, impulsionando a abertura de novos loteamentos e implantação de infraestrutura. A agitação nos centros urbanos próximos ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica foi intenso, ocorreram mudanças na economia, no comércio com implantação de novas instituições comerciais de redes interestaduais

A estrutura urbana até o momento era muito pequena, e por conseqüência do aumento da migração temporária, houve uma aceleração do processo de expansão urbana sob a influência de ações dos agentes responsáveis pela organização do espaço urbano. Assim, a expansão urbana, neste caso, é produto da necessidade de espaço para moradia, norteadas pela legislação e tendo como conseqüência a valorização das áreas consideradas nobres.

Os investimentos nestes locais geralmente são locais e de acordo com a necessidade e da demanda da população. Foram investimentos externos ao lugar (capitais nacionais e/ou internacionais) de origem estatal como também privados, que alteraram temporariamente, de maneira mais intensa, a funcionalidade do local. Contribuindo para o crescimento do tecido urbano de forma mais rápida. Este é o caso da cidade de São Carlos, que foi local de moradia para muitos dos operários e suas famílias durante a construção da usina, por ser, juntamente com Águas de Chapecó, um dos centros urbanos mais próximo ao canteiro de obras.

O espaço urbano é um ambiente complexo, independentemente do tamanho das cidades, são diversos os agentes responsáveis pela sua formação e desenvolvimento, o que muda é a escala dos acontecimentos desses processos em cada cidade.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é o conjunto de usos da terra justapostos entre si. O autor trata este conjunto de usos da terra como a organização espacial da cidade, que na realidade se define por diferentes usos do solo urbano, como por exemplo: o centro, área industrial, comercial, residencial, que ainda é dividida conforme as classes sociais, evidenciando a segregação socioespacial e áreas para expansão.

A formação e crescimento de uma cidade se dá a partir da ação de vários agentes sociais e formas espaciais. Com o crescimento horizontal da área urbana, cada vez mais espaço físico é necessário. Sendo que na maioria dos casos, o solo que era antes ocupado para atividades rurais é destinado para fins urbanos. Assim, o solo como mercadoria, passa a ter o seu valor elevado no espaço urbano (SILVA, 1995).

Segundo Corrêa (1995), os principais agentes sociais responsáveis pela organização, crescimento e estruturação do espaço urbano são:

- Os proprietários dos meios de produção: indústrias e empresas comerciais são grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos baratos e próximos a vias de escoação da produção e da população. Assim, a terra urbana é suporte físico e compreende as características locacionais para cada atividade. Neste caso o Estado, principalmente em nível municipal, interfere facilitando a implantação de indústrias, cedendo terrenos para as áreas industriais que são passíveis de expansão com terras baratas, por estarem localizadas, geralmente, em locais pouco valorizados para expansão de áreas para moradia.

- Os proprietários fundiários: atuam para obterem maior renda sobre sua propriedade de terra. Seus maiores interesses são a conversão da terra rural em urbana, já que a terra urbana é mais valorizada.

Para obter maiores rendimentos os proprietários fundiários pressionam o Estado, principalmente em nível municipal, para interferir nas leis de zoneamento urbano, podendo até serem favorecidos pela implantação de infraestrutura urbana pelo poder público, dependendo também da localização dessa propriedade e do poder econômico e político do proprietário. O aumento e direcionamento da área urbana também, por muitas vezes, é influenciado pelos proprietários fundiários para que a mesma alcance sua propriedade. Mesmo que não siga os padrões estabelecidos pelo plano diretor.

- Os promotores imobiliários: correspondem a um conjunto de agentes que praticam operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção do imóvel, comercialização.

Esses agentes trabalham primeiramente para atender a demanda das camadas mais altas da sociedade e após para atender a demanda das classes mais baixas, onde eles procuram ajuda do Estado para implantação de infraestrutura urbana, podendo assim ter lucro compatível com estas áreas.

Esse agente pode ser tanto local como de outros locais que visualizando o crescimento de uma cidade, por qualquer que seja a razão, visam o lucro e trabalham para atender as diferentes necessidades de expansão. Quando passam a atender as classes inferiores da sociedade, esse trabalho também pode estar vinculado com ações estatais, como, por exemplo, o Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida.

- Estado: atua na organização espacial da cidade como grande indústria, consumidor de espaço, proprietário fundiário, promotor imobiliário e agente de regulação do uso do solo, sendo também o principal alvo dos movimentos sociais urbanos.

Contudo, é na implantação de serviços e infraestrutura urbana que a atuação do Estado é mais significativa. Outro ponto importante da atuação do Estado na organização espacial da cidade é a elaboração de leis de uso e zoneamento do solo urbano como também o código de obras. Essa atuação é dividida em três níveis: federal, estadual e municipal, cada um com seus correspondentes níveis de atuação, como também o discurso que encobre os interesses dominantes. O principal papel

do Estado na área urbana é a delimitação do perímetro urbano, no qual possibilita o crescimento da cidade através de interesses de particulares.

- Os grupos sociais excluídos: reflexo de uma sociedade desigual, em que uma porção da sociedade não tem condições de pagar aluguel e muito menos comprar seu imóvel. No caso das usinas hidrelétricas esses grupos são representados pelo movimento de atingidos por barragens (MAB), que luta, juntamente com a população atingida pela manutenção de seus direitos diante dos impactos ambientais e sociais.

Os grupos sociais excluídos tornam-se agentes modeladores do espaço urbano ocupando terrenos públicos e particulares e na constituição de favelas, produzindo seu próprio espaço, podendo também se organizarem politicamente para pressionar o poder público para produzir moradias populares, desapropriar terrenos e executar uma regularização fundiária.

Isto é uma maneira de resistência e sobrevivência para estas pessoas. Sendo que as áreas ocupadas por eles são as não almeçadas pelas classes mais altas da sociedade, como encostas e áreas próximas a rios e rodovias.

Na sociedade capitalista que vivemos, sempre vamos conviver a disparidade entre as classes sociais, entre os dominantes e dominados, sendo mais notável em países periféricos como o Brasil, que ainda traz consigo traços do período de colonização muito presentes, como um país subdesenvolvido, na periferia de um sistema econômico mundial. Acentuando ainda mais as dificuldades da população das classes inferiores. Tornando, cada vez mais, o poder dos dominantes inevitável sobre os dominados.

Na área urbana atuação dos agentes dominantes se dá a partir de ações, que segregam, principalmente a partir da valorização do solo urbano.

[...] a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORRÊA, 1995, p. 12).

Esses agentes atuam em toda área urbana, a partir da valorização do solo urbano, nas áreas centrais, que ainda possuem lotes vazios ou na reestruturação do espaço já consolidado com a construção de novos edifícios e nos arredores da mancha urbana já constituída transformando solo rural em urbano. Assim o solo urbano assume papel de mercadoria, sendo o principal fator contribuinte na forma em que acontece a expansão urbana. Mesmo que em

algumas cidades, principalmente nas menores, isto aconteça de maneira lenta e sem grandes proporções formando na paisagem urbana espaços vazios. Souza (2011), define estes espaços como áreas de “pousio social”, ou seja, sem uso efetivo (através de edificações, áreas verdes de uso coletivo ou para circulação), que estão aguardando valorização no mercado imobiliário.

A valorização do solo urbano acontece em vários sentidos e influenciada pela organização espacial da cidade, e quem em grande medida condiciona o segmento social que vai ocupar aquele determinado lugar da cidade.

O espaço urbano é produzido pelo trabalho social, trabalho esse que gasta muito dinheiro para produzir algo socialmente útil. Estamos falando da infraestrutura e outros componentes da paisagem urbana, como prédios e praças. A partir deste momento, o produto social adquire um valor que é representado pelo valor comercial de casas, prédios e infraestrutura. Outro valor é dado pela aglomeração, através de sua localização que é o que define o preço da terra. Ou seja, quanto maior e melhor for a produção social do espaço através da construção de infraestrutura e outras características do espaço urbano, maior será o número de pessoas interessadas neste local. Logo, a maior quantidade de pessoas interessadas, que tenham condições de pagar, para ocupar a mesma parcela do solo urbano maior será o valor da terra no mercado imobiliário. Portanto, o comprador do espaço não compra somente o valor de uso, ele também compra o da acessibilidade para os lugares, do centro, comércio, do trabalho (VILLAÇA, 2001).

Villaça (2011) aponta algumas das características para a valorização da terra urbana e fatores que estimulam o crescimento da área urbanizada em determinados sentidos. Um deles é o setor viário, que como construção social valoriza a terra no seu entorno, já que através dele as pessoas que residem em sua proximidades tem mais facilidade para se locomover, ou seja, pontos de localização do espaço intraurbano determinam a participação de seu ocupante na força produtiva social representada pela cidade.

Outra característica presente no espaço, que pode direcionar o sentido de crescimento da urbanização é a implantação de uma indústria, que leva a mão-de-obra a residir próximo do local de trabalho. Também podemos citar a construção de condomínios residenciais e instituições de ensino, que levam a valorização da terra urbana com a implantação da infraestrutura básica.

A expansão de qualquer cidade se dá primeiramente de forma horizontal, ou seja, com o aumento da área urbana e surgimento de loteamentos horizontais que contribuem para a estruturação do espaço intraurbano. Esses loteamentos podem ser de origem particular e do

poder público com finalidade de atender as famílias mais carentes, como também temos a origem de loteamentos irregulares, em que são “vítimas” a população mais carente. A expansão horizontal por loteamentos irregulares se dá a partir do descumprimento das leis urbanísticas e conseqüentemente todos os problemas resultantes desta ação. Dentre esses problemas está a falta de infraestrutura e ocupação de áreas irregulares como várzeas e áreas com alto índice de declividade. Assim a planta do tecido urbano pode ser definida, segundo Campos Filho(1989), como uma colcha de retalhos mal costurada. Para corrigir esses problemas é preciso muito investimento público e grandes impactos sociais são decorrentes a essa população, que já reside neste espaço, na maioria dos casos, a muito tempo. Esses locais, pela difícil regularização fundiária e reorganização, habitualmente, são alvos dos programas sociais e são removidos para espaços com um planejamento urbano mínimo e condições para moradia.

Nos loteamentos particulares, se tem o interesse pela valorização da terra urbana por parte dos agentes sociais responsáveis pela organização do espaço urbano. Esses interesses são atendidos pelo Estado. Em cidades pequenas esta atuação é muito visível, pelo maior número de loteamentos horizontais que é o principal eixo da expansão urbana nestes casos.

As cidades pequenas tem, em geral, um crescimento pouco expressivo, dada sua estrutura econômica pouco dinâmica e representativa, é preciso que haja o impacto da criação de grandes investimentos para gerar nelas a atratividade para a urbanização e para a migração em direção a ela.

No caso da execução de grandes projetos de engenharia, como usinas hidrelétricas, ocorre um impulso na urbanização das cidades próximas, pelo menos no período de sua construção, devido aos inúmeros impactos de obras de grande porte. As cidades atingidas são influenciadas em sua organização, primeiramente com o aumento da população temporária. Para o incremento da população é necessária a presença de uma infraestrutura de produtos e serviços e também mais espaço adequado para moradia, o que leva a um processo de expansão da área urbana da cidade. Assim, respectivamente, com o aumento da demanda, o valor das terras urbanas e periurbana aumentam. Esse fenômeno, durante o período de construção, é caracterizado como um período de efervescência dos centros urbanos que estão próximos das obras, com o aumento da oferta de oportunidades de novas dinâmicas econômicas e pelas receitas geradas pelas obras.

Falando sobre cidades pequenas a primeira dificuldade que aparece é na conceituação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se baseia nos números

populacionais, as cidades pequenas são classificadas como centros locais, onde sua centralidade não extrapola os limites municipais, tendo uma população inferior a dez mil habitantes (IBGE, 2008). Mas se basear somente em dados numéricos pode comprometer alguns fatos sobre as mesmas, pois não são analisadas suas especificidades. Para a melhor compreensão é necessário analisar sua função na rede urbana que se encontra (FRESCA, 2010).

A cidade pequena tem diversas origens, não pensando apenas em sua criação, mas nos agentes sociais, as motivações e a localização que é aplicada às necessidades e possibilidades da criação de núcleos de povoamento. Na maioria dos casos o papel de centralidade de uma cidade pequena está na presença do papel político-administrativo, ou seja, o centro é a sede municipal. Portanto, as cidades pequenas têm funções urbanas, mas o papel principal tem relação com a sede municipal do poder administrativo (CORRÊA, 2011).

Esses centros locais são o começo e fim, ao mesmo tempo, de uma cadeia produtiva. Como afirma Corrêa (2011, p. 08):

A pequena cidade constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural. Situava-se no começo de uma longa cadeia de comercialização, beneficiamento, se necessário, de produtos do mundo rural. Por outro lado, situava-se no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades. Alguns produtos industrializados, contudo, eram produzidos localmente, visando o mercado local.

Essa é uma das dificuldades de uma cidade pequena, pois fica sempre a mercê do mercado das cidades maiores, que pode tanto alterar o recebimento de matérias industrializadas, de acordo com a demanda existente, e pode influenciar no valor pago à produção local, causando impactos na economia local. Ainda mais durante o crescimento da atividade agroindustrial comandada pelas grandes corporações, para quais as cidades pequenas fornecem mão-de-obra e insumos os mecanismos de poder sobre as cidades pequenas são cada vez maiores (FRESCA, 2010).

Os pequenos centros urbanos apresentam diversas características diferentes, Endlich (2006), aponta que em alguns casos a oferta de serviços públicos e privados e atividades comerciais um pouco mais diversificadas funcionam como polo microrregional, criando relações hierárquicas entre elas em relação às cidades menores ao redor.

As cidades pequenas são numerosas e com os centros próximos aos outros, de acordo com a demanda pelos serviços existentes em cada local. Estes pequenos centros derivam de elevadas densidades demográficas baseadas em uma propriedade rural de pequeno porte

reforçados por limitados alcances espaciais derivados da pequena mobilidade espacial da população. (CORRÊA, 1999)

Corrêa (1999), fala sobre a estruturação de uma rede urbana, que recebe investimentos em uma perspectiva global. Segundo o autor cada centro por menor que seja dos circuitos espaciais de produção são importantes para a manutenção da rede urbana, em primeiro plano como mercado consumidor ou se especializando em algum tipo de produção.

Assim, Corrêa (1999) define os pequenos centros, interligados a uma rede urbana, que tenha uma função principalmente para a agricultura que é produzida na sua hinterlândia, como “cidade- campo”. Aplicamos este conceito para a cidade de São Carlos, que em sua atividade econômica principal tem a agricultura, com a produção de matéria-prima para ser industrializada da agroindústria de centros maiores da rede urbana a qual pertence, que no caso é Chapecó. Assim o centro de São Carlos fornecem implementos para esta produção na agricultura.

Quando pensamos em crescimento de uma cidade, geralmente analisamos do ângulo do desenvolvimento e acréscimo de atividades econômicas e deixamos de lado uma análise visando a organização social do espaço, tendo em vista a valorização da terra urbana, em que muitos não tem condições de comprar. O capitalismo juntamente com a globalização são os principais atores da divisão da sociedade em classes, permitiram o acúmulo de capital nas mãos de poucos provocando reflexo imediato sobre o espaço ocupado. Este fato não é uma exclusividade das metrópoles, acontece em cidades pequenas também.

Nas cidades pequenas a segregação socioespacial não é muito intensa, mas acontece, e na maioria das vezes é escondida pelo poder público, como afirma CARLOS (2015, p.48), “mesmo onde a separação dos grupos sociais não parece como uma evidência gritante, podemos perceber os traços da segregação”.

Este fato está diretamente relacionado ao valor da terra, mais acentuado no espaço urbano, levando as famílias carentes a ocuparem espaço mais distantes e menos favorecidos ou totalmente carentes em infraestrutura urbana, tornando-se áreas marginalizadas pela população. Aguardando ações sociais do poder público para que possam usufruir de uma situação mais favorável ou sendo atendidos por programas habitacionais e retirados destes locais impróprios para moradia.

Nos dias atuais, para fins de organização da ocupação do espaço, para atender os interesses fundiários, do setor imobiliário e estabelecer áreas para expansão do tecido urbano o plano diretor é um importante marco normativo de organização do espaço urbano é reorganizado para transformar solo rural em urbano. Já nas cidades com menos de vinte mil habitantes, onde o plano diretor não é obrigatório, este processo acontece através das leis de zoneamento do uso do solo urbano, possibilitando a venda da terra como lotes urbanos (BRAGA, 2001). São Carlos, como se enquadra nas cidades com menos de vinte mil habitantes, não tinha plano diretor até 2008. O seu plano diretor foi financiado pelo consórcio construtor da usina hidrelétrica Foz do Chapecó. Isso, através do estatuto da cidade que define que cidades que sofram com impactos ambientais devido a implantação desses empreendimentos devem ter os recursos técnicos e financeiros para elaboração do plano diretor inseridos entre as medidas de compensação. E o principal impacto ambiental para São Carlos é o trecho do rio a jusante da barragem que está com sua quantidade de água reduzida (VARGAS et al., 2015).

Pode-se fazer uma análise sobre a elaboração do plano diretor, que é um importante marco normativo para as cidades. Porém, para o plano diretor de São Carlos, percebe-se que grande parte das questões planejadas neste documento não foram concretizadas na realidade local até o momento, como saneamento básico, mobilidade urbana, e ocupação de áreas íngremes para edificações. Apenas são feitas alterações em seus anexos, modificando os requisitos para construção de prédios com mais pavimentos em determinadas áreas da cidade, atendendo os interesses dos promotores imobiliários.

Todas essas transformações em um município acontecem no decorrer do tempo e de acordo com seu crescimento. Porém, em alguns municípios estes eventos podem acontecer de forma mais rápida, redefinindo o seu espaço urbano. Em São Carlos a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó é um desses impactos que redefiniu o espaço urbano.

Capítulo 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA DE SÃO CARLOS

2.1 OESTE CATARINENSE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A organização do Oeste Catarinense, atualmente formado por um aglomerado de pequenas cidades, ao redor da capital regional Chapecó, e tendo sua economia baseada na agricultura familiar, que abastece a agroindústria da região, teve vários conflitos, impasses e dificuldades no passado.

O primeiro conflito que aconteceu foi ainda em uma região “não descoberta”, entre Portugal e Espanha durante o período de vigência do tratado de Tordesilhas. A segunda disputa por esse território foi entre Brasil e Argentina, em que a valorização da madeira presente na região, levou a iniciativas de ocupação do Estado para colonização pelo descendente europeu, com a intenção maior de garantir a posse destas terras para o Brasil (WERLANG,2006).

Assim que ficaram definidas as fronteiras de Brasil e Argentina, em 1895, Paraná e Santa Catarina, com interesse nesta área de terra começaram outra disputa pelos limites estaduais. A área em disputa tinha aproximadamente 48 mil Km², tendo como limite os rios Uruguai ao sul e Iguazu ao norte. A disputa por este território, mais uma vez, foi motivada pela quantidade de madeira e pelas terras férteis (WERLANG,2006).

A mata começou a ser explorada com a chegada das empresas colonizadoras. A madeira era levada até o rio Uruguai, amarrada em forma de balsas e levada até a Argentina em época de cheias. Após a retirada da mata a terra era vendida aos colonos. O rio Uruguai, a partir de então, passou a ser muito importante para a economia local durante o período de colonização.

A região tinha seu centro administrativo em Palmas, no Paraná, o que levou o estado a reivindicar a região. A construção da ferrovia São Paulo- Rio Grande tornou a situação na região mais delicada, com a Guerra do Contestado. O então Presidente da República, Wenceslau Braz, mediou o acordo entre os governadores de Santa Catarina e Paraná, em que a área do contestado foi dividida entre os mesmos no ano de 1916 (WERLANG,2006).

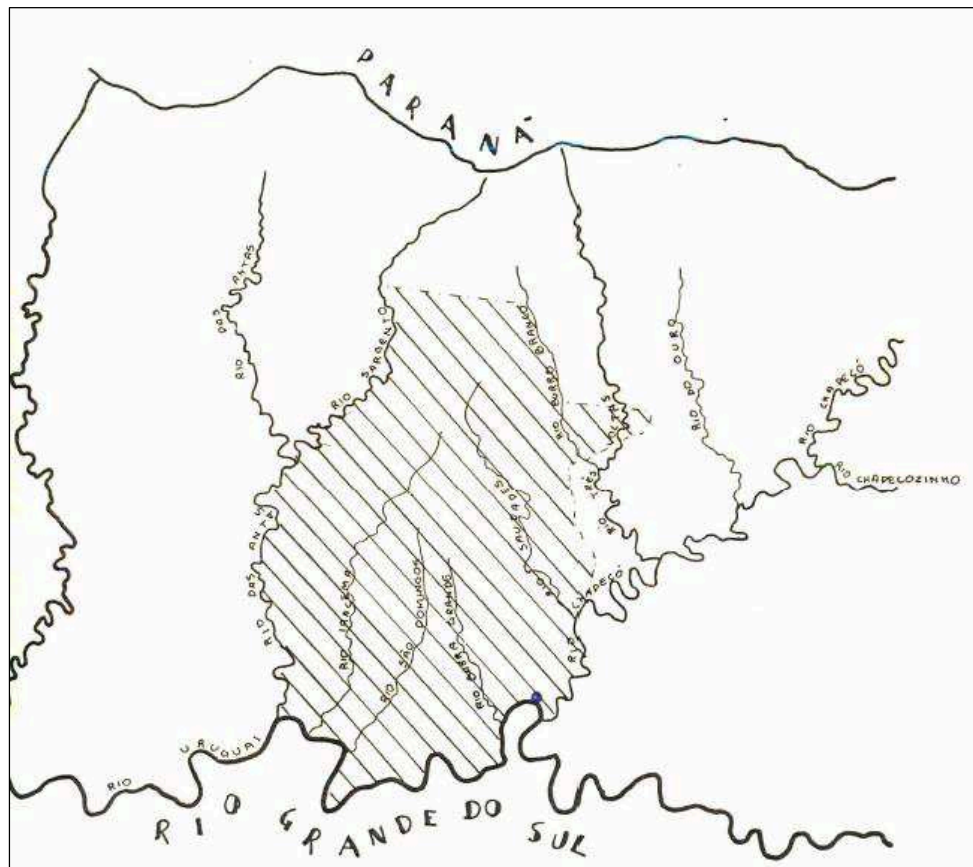
Definida a questão dos limites, em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense cria, através da lei n. 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e

Chapecó, com aproximadamente 14 mil Km², ficou com a metade desta área (WERLANG, 2006).

O governo do Estado de Santa Catarina, também passou para empresas particulares grandes áreas de terras para colonização, sendo essas concedidas para as empresas colonizadoras em troca da construção de estradas. As empresas colonizadoras atuaram também na demarcação dos lotes de terra do então município de Chapecó. O valor pago pela terra pelas colonizadoras ao Estado era baixo e a contratação da construção de estradas com as empreiteiras, em muitos casos, também era menor ao valor contratado com o Estado, aumentando ainda mais o lucro das colonizadoras, que construía algumas estradas atendendo a seus próprios interesses (PELUSO, 1991).

Uma das colonizadoras que atuou na região Oeste de Santa Catarina, às margens do Rio Uruguai foi a Companhia Territorial Sul Brasil, com um de seus mais importantes nomes o engenheiro alemão Carlos Culmeyer, que foi responsável pela divisão e planejamento das glebas de terra. Está era responsável por uma vasta extensão territorial, como mostra o mapa a seguir.

Figura 5. Área de atuação da Colonizadora Cia Sul Brasil



Fonte: Mapa da Cia Sul Brasil. Museu Pe. Fernando Nägel, Maravilha- SC, reproduzida por Werlang (1992, p.63).

Segundo Werlang (2006, p.51):

A Companhia Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, com sede em Porto Alegre (RS), constituída em 23 de maio de 1925, era formada por 14 acionistas. A Cia. Sul Brasil adquiriu a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., que possuía 2.467.074.800m² de terras, nos quais haviam sido demarcados 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras.

A colonizadora dividiu suas terras para a comercialização e foi responsável pela criação de alguns lotes urbanos. Ela introduziu mais de 30 mil habitantes, entre os anos de 1925 e 1953, na região entre os rios Uruguai, Chapecó e das Antas. A organização e divisão das terras na área de atuação da colonizadora se deu em pequenas propriedades, com cerca de 25 a 27 hectares. Os colonos italianos e alemães vieram do Rio Grande do Sul, onde a terra fértil já estava em falta. Estes eram convencidos a migrarem para Santa Catarina através de propagandas sobre as terras férteis que iriam encontrar. Porém, muitas foram as dificuldades encontradas, principalmente o isolamento da região (WERLANG, 2006). Uma das primeiras atividades rentáveis na região foi a produção de fumo, o que ainda está muito presente municípios formados na área da colonizadora.

Outra preocupação de Culmey durante a distribuição das famílias foi a organização em comunidades de mesma religião e origem. Isto para evitar conflitos entre os mesmos e diminuir a construção de infraestrutura comunitária, como igrejas e escolas (KERBES, 2004).

Do então município de Chapecó se emanciparam vários outros municípios. Um deles foi São Carlos, no ano de 1953, que pelo franco desenvolvimento na época, juntamente com Palmitos, foi um dos oito primeiros municípios a se emanciparem de Chapecó (WERLANG, 2006).

No contrato do governo de Santa Catarina com as empresas colonizadoras já estava definida a demarcação de áreas urbanas distantes uma das outras de 30 a 40 quilômetros. Entre as cidades que tiveram sua origem planejada estão: São Carlos, Cunha Porã, Palmitos, Saudades e Maravilha, onde já foram definidos previamente terrenos para a construção de praças, escolas, igrejas e comércio. Quem comprava lotes urbanos deveria ocupá-los imediatamente, assim criando povoados e atraindo novos imigrantes (WERLANG, 2006).

O comércio nessas localidades nos primeiros anos após a colonização foi com a exploração de madeiras nobres e com isso se instalaram várias serrarias para o seu

beneficiamento. Outros produtos ainda não tinham mercado para sua comercialização. Os únicos locais de venda de mercadorias ofereciam alguns produtos de primeira necessidade. A partir da década de 1940 a produção de suínos passou a ter maior valorização e os povoados de São Carlos e Palmitos melhoraram sua situação econômica (WERLANG,2006).

A valorização do preço do porco possibilitou o acúmulo de capital e a criação de agroindústrias na região, que buscavam uma produção maior com menos produtores, através de um sistema de integração com os agricultores, que cumpriam as normas estabelecidas pela empresa. Assim, excluiu pequenos produtores da cadeia produtiva agroindustrial provocando o êxodo rural. (PELUSO,1991).

As indústrias de grande porte não foram muito presentes na região, com exceção de Chapecó, que abriga a maior parte da indústria. Um dos fatores é a acumulação do capital das madeiras, que com o fim da madeira migraram para outros locais, e da empresa colonizadora Cia Sul Brasil, que tinha sua sede em Porto Alegre, e repassava todos os seus lucros para seus acionistas (PELUSO, 1991).

2.2 SÃO CARLOS

O período de colonização do Oeste de Santa Catarina foi um período com inúmeras dificuldades para os colonizadores e que marcaram a organização espacial desta região e do município de São Carlos. O mesmo foi emancipado de Chapecó em 30 de dezembro de 1953 e instalou-se em 21 de fevereiro de 1954. Conta atualmente com uma extensão territorial de 161,292 Km². Tem seus limites municipais com Cunhataí e Saudades, ao norte, Alpestre (RS), ao sul, Águas de Chapecó, a leste e com Palmitos e Cunhataí a oeste. (Prefeitura Municipal São Carlos).

A partir de 1927, a colonizadora Sul Brasil, começou a ocupar a região oeste de Santa Catarina. O serviço da colonizadora foi fundamental para o desenvolvimento da então vila de São Carlos, que em 1938, por estar em franco desenvolvimento, foi promovida a distrito de Chapecó. Por ser um dos núcleos urbanos já planejados, ficou mais fácil seu desenvolvimento urbano. A proximidade com o rio Uruguai também foi de suma importância, pois por um longo período de tempo este foi a única via de ligação com outras localidades, e por ele também se transportavam mercadorias (Wolff, 1997). Ainda conforme esta autora:

Se o movimento no Rio torna-se mais intenso a partir desta questão, as balsas e lanchas passam a fazer parte do espetáculo. Não como algo além do Rio mas, como integrante dele e de seu leito. Porém, ultrapassando este simbolismo, o movimento no porto, em

suas várzeas e nos trajetos que levavam à este espaço, tornavam o rio “orgânico à cidade”, assumindo, assim, um “aspecto funcional” (p. 27).

A colonizadora já havia planejado alguns centros urbanos, mas nem todos evoluíram. Um dos que prosperou foi São Carlos, que se desenvolveu economicamente com a extração de madeiras nobres e a instalação de serrarias (WERLANG,2006). Esse projeto facilitou a estruturação do que é o centro urbano atualmente e revelando o planejamento feito na época para as cidades, somente atendendo a demanda de um curto período de tempo. O mapa da colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil (figura 6) demonstra o planejamento para São Carlos como centro urbano. Percebe-se a diferença de tamanho nos lotes urbano e rural.

Figura 6. Localização da sede de São Carlos



Fonte: Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM). Cedida para reprodução.

Na divisão das famílias para ocupação do oeste catarinense, o engenheiro Culmey reservou São Carlos para descendentes de alemães católicos, formação cultural que permanece até os dias atuais, que teve na igreja católica seus primeiros líderes e formando nas proximidades, as principais atividades comerciais (KERBES, 2004).

O local para cada atividade já estava demarcado no mapa de colonização no centro da vila. E foi ao redor da atual praça da matriz, que se começou a ocupar o espaço. Era um espaço de uso coletivo, sendo usada também como uma grande horta. Contava com uma área maior que a atual (WOLFF, 1997).

Na década de 1930 já se tinha um núcleo urbano constituído com hotel, igreja, escola e casa comercial, porém com pouca variedade de produtos, somente os produtos de extrema necessidade e que não eram produzidos pelas famílias. Com a ascensão da vila a posição de distrito, em 1938, surgiu uma preocupação com o embelezamento do centro. Para isto a figura do padre Anton Rewering foi de suma importância para o ordenamento espacial. A praça foi cercada, pois também residiam no local caboclos que criavam animais soltos. O uso da praça como área de cultivo não foi mais permitido, somente como área de convivência para a população local e motivo de orgulho para a elite local da época (WOLFF, 1997).

Figura 7. Praça da matriz em 1975

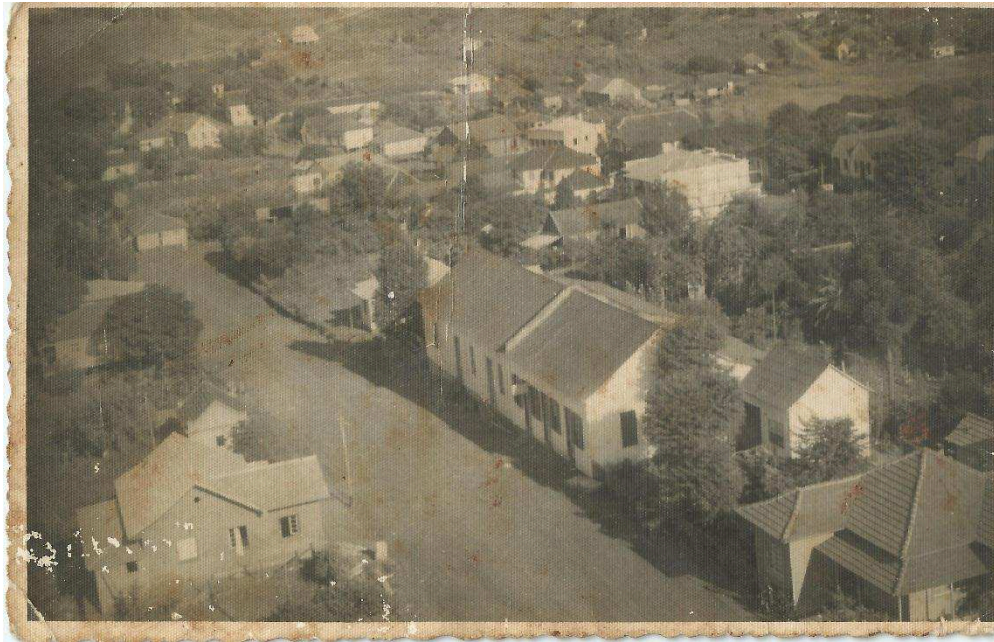


Fonte: Casa da Memória de São Carlos.

Após a ascensão para distrito, a elite local passou a exigir maior atenção do governo estadual com problemas de infraestrutura como estradas e correio. A identidade germânica para a região era de interesse do Estado, pois, vinha em oposição ao modo de vida caboclo, que era considerado símbolo de atraso. A elite são-carlense da época, como os proprietários de serrarias e fumageiras também estavam preocupados com a manutenção do distrito para manter a impressão da então desenvolvida São Carlos com as autoridades. O distrito passou a se desenvolver com as boas safras e negócios fechados pelos madeireiros (WOLFF, 1997).

Com o desenvolvimento da área central, muitos colonos venderam suas terras e foram residir no centro. Começaram a surgir as primeiras e modestas atividades comerciais e industriais, como ferrarias e alfaiatarias, e as vendas, como eram chamados os mercados (WOLFF, 1997). Em 1940, o distrito de São Carlos já contava com 448 moradores na área central (PELUSO, 1991).

Figura 8. São Carlos no início da década de 1940



Fonte: Acervo pessoal da família Kerber.

Com seu rápido desenvolvimento econômico, São Carlos se emancipou em 1953. Neste momento já se estava formado um aglomerado de casas, estabelecimentos comerciais, hotel, escola, igreja católica e pequena atividade industrial como serrarias, ferrarias e moinhos compatíveis com a época (WOLFF, 1997). A parte central era ocupada por moradias, com cerca de 670 moradores em 1950. (PELUSO, 1991).

Figura 9. São Carlos na da década de 1950; atual Avenida Santa Catarina



Fonte: Acervo pessoal da família Kerber.

Os dados populacionais de São Carlos revelam uma sequência de desmembramentos territoriais para criação de outros município, principalmente no início da década de 60.

Tabela 1. População de São Carlos, 1960 à 2010

Ano	População total	População urbana	População rural
1960	25.395	1.255	22.518
1970	8.607	1.592	7.015
1980	11.625	3.661	7.964
1991	12.230	4.955	7.275
2000	9.364	5.347	4.017
2010	10.291	6.902	3.389

Fonte: IBGE, censos demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Elaboração do autor.

Do então município de São Carlos se desmembraram em 1961, Saudades, Pinhalzinho e Modelo e em 1962 Serra Alta. Posteriormente destes municípios se emanciparam Sul Brasil, e Bom Jesus do Oeste. Em 1994 Cunhataí se emancipou de São Carlos.

Somente nos anos 2000 que o número da população urbana passa o da população rural. Nota-se também um aumento da população urbana sem aumento considerável no número total de habitantes. Estes dados são reflexo, principalmente do êxodo rural, do interior do município, sobretudo dos jovens, que em pequenas propriedades não conseguem uma atividade rentável.

A partir do ano 2000, percebemos aumento da população total do município e esse aumento se dá totalmente sobre a área urbana, com contribuição do êxodo rural e da atração populacional ocorrida no período da construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Destaca-se também, a atração de novos investimentos para São Carlos, como a criação de um campus do Instituto Federal de Santa Catarina e o desenvolvimento das empresas do município, atraindo mão de obra capacitada, como também a proximidade com centros maiores, como Chapecó. Esses continuam atraindo novos habitantes levando em consideração a contagem populacional de 2016 realizada pelo IBGE, com um total de 11.038 habitantes.

As atividades comerciais sempre foram para atender a economia local. São Carlos, que era um dos municípios mais prósperos, dos até então, emancipados de Chapecó, juntamente com Palmitos, exerciam uma centralidade sobre os demais municípios menores da região até o início da década de 1960, quando sofreu uma estagnação econômica, pois quem acumulou capital investiu em outros locais como a colonizadora que tinha sua sede em Porto Alegre e as madeiras que com a diminuição da oferta da madeira, se deslocaram para locais onde tivesse madeira para extração (WERLANG,2006).

Em 1971, uma iniciativa para recuperar a economia local foi a construção do frigorífico São Carlos, Friscar- S.A.. Porém, após uma sequência de crises e má administração, em 1976 o frigorífico decretou falência. Alguns anos sem funcionar, o frigorífico foi adquirido pela empresa Chapecozinho S/A, que pertencia a S.A. Indústria e Comércio Chapecó, tornando-se somente um posto de abate de suínos. Depois de alguns anos, em 1996, suas atividades foram paralisadas definitivamente (DEIMLING, 2014).

Assim, com a falta de indústrias para absorver a mão- de-obra das pequenas cidades existentes, a saída da população para centros maiores foi inevitável (WERLANG,2006).

O funcionamento deste frigorífico como maior planta industrial do município neste período, foi um importante incremento para o desenvolvimento urbano local, principalmente para geração de empregos, pois chegou a gerar 150 empregos diretos e 400 indiretos. Sendo que para o período e o contexto econômico da região na época, esses números eram expressivos (DEIMLING, 2014). Podemos observar esse desenvolvimento urbano na foto a seguir, da década de 1980.

Figura 10. Centro de São Carlos na década de 1980.



Fonte: Casa da memória de São Carlos.

Juntamente com o fechamento do frigorífico veio a queda do desenvolvimento industrial e econômico de São Carlos. E uma parcela da população se deslocou para outros centros, pois, se tratava de uma mão- de- obra especializada na agroindústria empregando todos os setores, desde administrativo até os operários (DEIMLING, 2014). Isso é notável na diminuição da população do período. Mesmo correspondendo ao mesmo período de emancipação de Cunhataí, que influenciou diretamente nesses números a diferença ainda é grande, pois este se emancipou com cerca de 1.800 habitantes (IBGE cidades) e a diminuição da população de São Carlos entre 1991 e 2000 foi de mais de 2.800 habitantes (IBGE, 1991, 2000). Alguns trabalhadores do frigorífico São Carlos que permaneceram; não foram

absorvidos como mão de obra da modesta indústria local remanescente, e assim, se formaram alguns locais mais pobres na cidade.

Segundo Deimling (2014), vários migrantes tentaram tornar-se proprietários dos meios de produção, como fumageiras e laticínios, porém, a maioria não progrediu diante de diferentes momentos econômicos ou até mesmo de má gestão, como no caso do referido frigorífico.

O setor da indústria teve poucos avanços nas décadas seguintes, conforme o levantamento das empresas de maior valor adicionado, feito pela prefeitura municipal. Para os anos 2000, 2001 e 2002 ainda predominam pequenas empresas, como agropecuárias, cooperativas, supermercados e no setor de serviços destacam-se no mesmo período bancos, transportes e o setor da saúde (KERBES, 2004).

O setor industrial de São Carlos teve alguns avanços. Estão instaladas no município empresas de renome nacional no setor de metalúrgica com Metalúrgica Cardoso, têxtil com um ponto de produção do Grupo Dass e a empresa Raiz Quadrada, produtos ligados ao agronegócio, como a Carlitos, com produção de derivados de leite e Citro Foods produzindo Polpa de laranja. Essas correspondem a uma das principais atividades industriais e apresentaram um crescimento considerável nos últimos anos. Também empresas na área moveleira, artigos funerários e algumas voltadas ao a com produção em menor escala (Relatório Municipal). São essas que ao longo dos anos, com início mais intenso na década de 1990, são responsáveis pela geração de empregos.

As maiores empresas se instalaram após a década de 1990, com investimentos de proprietários locais e tiveram maior desenvolvimento após os anos 2000, período em que predominavam pequenas empresas até os dias atuais em que predominam com maior movimentação econômica no município as empresas maiores (Relatório Municipal).

Atualmente o setor industrial do município é responsável pelo maior número de empregos, com aumento nos últimos anos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2. Pessoas ocupadas na indústria, São Carlos- SC

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de pessoas	651	737	783	899	988	1017	1208

Fonte: IBGE cidades.

Segundo o IBGE, para o ano de 2013, a indústria já foi responsável por 25,25% do produto interno bruto de São Carlos, ficando atrás somente do setor de serviços com 35,65%, sendo que este inclui a administração e serviços públicos (IBGE Cidades).

Também há presença de atividade turística, de águas termais no bairro de Pratas, que localiza-se a quatro quilômetros do centro da cidade. Nos anos de 1970 criou-se a primeira estrutura para atender turistas e foi construída um sistema para captação de água mineral. Desenvolve-se um balneário, áreas de camping e hotéis para atender os turistas. Juntamente se desenvolveu um aglomerado de casas no local e o registro dos primeiros loteamentos em 1979 e 1980.

Figura 11. Bairro Pratas na década de 1990



Fonte: Acervo Casa da memória de São Carlos.

A área contava com uma boa estrutura, que foi degradando com o passar do tempo, devido à falta de investimentos, discordância entre proprietários, crises econômicas, falta de ligação por vias de qualidade para os centros maiores e enchentes na década de 1980, em que a associação proprietária do balneário passou por inúmeras dificuldades (PICCOLI, 2003).

Figura 12. Vista aérea do clube e do balneário de Pratas em 1985



Fonte: Piccolli, 2003, p. 55.

Atualmente, o que se tem no local é uma estrutura bastante sucateada, pela sequência de enchentes dos anos 2014 e 2015 e, principalmente, por falta de investimentos, a estrutura de piscinas e camping ainda é a mesma da década de 1980 (figura 13) somente no verão recebe atenção especial na organização e limpeza. A construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó também contribui para a perda da atividade turística, pois Pratas está localizada às margens do rio Uruguai que está com o trecho de vazão reduzida, perdendo um de seus atrativos que eram as chamadas prainhas às suas margens. Para compensação dessa perda o consórcio construtor da usina custeou a construção de um balneário novo que ainda não está finalizado, por haver discordâncias entre o consórcio e a prefeitura. O turismo foi uma atividade econômica rentável no passado, mas atualmente Pratas está muito desvalorizada em todos os setores, principalmente imobiliários, sendo que o único investimento no local é um hotel para a classe alta de propriedade de um empresário local.

Figura 13. Balneário de Pratas



Foto da autora.

A agricultura também é um dos setores mais importantes da economia são-carlense, sendo por um longo período responsável pela maior movimentação econômica local. No ano de 2009 foi responsável por cerca de 73% da economia do município (Prefeitura municipal). Para 2013, segundo o IBGE, o setor do agronegócio foi responsável por 16,98% do produto interno bruto (IBGE, cidades). Caracterizada por uma agricultura familiar e com sua maioria integrada às agroindústrias da região Oeste. O comércio tem se diversificado e atende as necessidades locais e da produção na agricultura.

Nesse contexto, pensar as cidades do oeste catarinense nos remete a pensar o contexto das discussões que envolvem os espaços rurais e os espaços urbanos, as cidades e o campo e as mudanças contemporâneas relacionadas à dinâmica e aos fluxos populacionais. Entende-se que estes espaços, mais que contraditórios, devem ser aqui entendidos de forma dialética, um tendo influência sobre o outro (ALBA, MAIA, 2015. p.47).

Em cidades pequenas, na maioria dos casos, ainda estão presentes muitos traços da agricultura, que na região Oeste de Santa Catarina é bem desenvolvida na agricultura familiar, não são tão gritantes as desigualdades entre as classes econômicas da população. A indústria presente na região suporta praticamente toda a mão de obra existente, assim a população não fica totalmente à mercê da pobreza e o poder público consegue beneficiar a maioria com programas sociais.

Assim a segregação social em cidades pequenas não é muito visível e em primeiro ponto de vista não é tão impactante, pois a disparidade econômica não é tão acentuada. Porém ela está

presente e quanto mais a cidade crescer mais acontece o acúmulo de capital. O relatório do Sebrae de 2013 traz uma síntese da disparidade econômica da população de São Carlos de acordo com número de domicílios urbanos por classe econômica com base no ano de 2011.

Estes dados são coletados e classificados de acordo com os critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), levando em consideração os bens de cada família, como utensílios domésticos, automóveis, qualidade da casa, como, presença de banheiros, e grau de instrução do chefe da família. Para estes dados são atribuídos pontos e juntamente com a renda familiar se tem a delimitação de cada classe social, sendo, para este caso, são analisados somente os domicílios urbanos.

Tabela 3. Renda familiar por classes

Classe	Renda média familiar (R\$)
A1	9.733
A2	6.564
B1	3.479
B2	2.013
C1	1.195
C2	726
D	485
E	227

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)

Tabela 4. Número de domicílios urbanos por classe econômica em São Carlos, em 2011

Classes	Total de domicílios
A1	11
A2	77
B1	214
B2	469
C1	642
C2	474
D	311
E	14
Total	2.212

Fonte: Sebrae, 2013.

Com base nesses dados percebemos que a disparidade econômica existe. A maior parte dos domicílios em São Carlos em 2011, são correspondentes as classes B1, B2, C1, C2 e D. A população, em sua maioria, corresponde a classe trabalhadora, e presença da elite tradicional detentoras de grande poder aquisitivo e algumas famílias extremamente carentes.

São Carlos, como toda cidade pequena, tem um crescimento lento e a área urbana que atende à demanda local com investimentos locais que definem suas características no passar dos anos. Até o ano de 2006, quando começa a movimentação para construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, provocando alterações na cidade, levando a um processo de expansão urbana recente, que serão abordadas no próximo capítulo.

Capítulo 3

IMPACTOS DO PERÍODO DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ SOBRE A EXPANSÃO HORIZONTAL E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL URBANA DE SÃO CARLOS

Em cidades pequenas os agentes responsáveis pela reorganização do espaço urbano geralmente são locais e com investimentos menores, correspondentes à demanda existente. A partir do momento em que um fator externo e com maior poder econômico pode influenciar em determinado ponto do território aumentando a demanda por espaço urbano, os agentes locais começam a agir de maneira mais intensa.

Algumas estratégias destes agentes podem ser (re)definidas a partir da implantação de objetos geográficos, definidos pelo momento histórico e a partir de decisões tomadas alhures por outros agentes políticos e/ou econômicos.

Como afirma Vignatti (2013, p. 75):

[...] a “combinação de processos econômicos” está vinculada à motivação de novas dinâmicas espaciais, não necessariamente atreladas às decisões endógenas (interior da região), como é o caso da implantação de hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, ou seja, ocorrem “decisões de fora para dentro da região”; independentemente de a população querer ou não.

O início dos estudos para implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó são de 1984, foi definido o local de construção com menor impacto no trecho do rio. Da forma que foi inicialmente planejada vários centros urbano seriam atingidos e a cidade de São Carlos teria que ser parcialmente transferida e agora fica a jusante da barragem sendo atingida pelo trecho de vazão reduzida (VIGNATTI, 2013).

Após décadas com o assunto esquecido pela população, em 2001 começam os tramites para a realização do projeto. Vários grupos sociais se mobilizaram, principalmente através do movimento de atingidos por barragem (MAB).

As primeiras mudanças, principalmente na área urbana, foram sentidos ainda antes da construção da usina, com a chegada dos operários que vieram a residir no centro de São Carlos, por ser um dos centros urbanos mais próximos à obra, juntamente com Águas de Chapecó, como mostra a imagem a seguir,

Figura 14. Localização dos centros urbanos de São Carlos e Águas de Chapecó e proximidade com a UHE Foz do Chapecó



Fonte: Google Earth pro.

Elaborado pela autora.

Foram aproximadamente quatro mil empregos diretos no pico da obra, sendo na maioria operários vindos de outras locais que se instalaram na região. Muitos trouxeram consigo suas famílias. Suas primeiras necessidades foram de espaço para moradia, produtos e serviços de primeira necessidade. Para isto, procuraram os centros urbanos de Águas de Chapecó e São Carlos.

A primeira ação nesses locais foi dos proprietários imobiliários, com o aumento dos preços dos aluguéis. De certa maneira, as cidades de Águas de Chapecó e São Carlos tiveram no início da procura por casas certa facilidade, pois se tratam de cidades que contam com infraestrutura de casas e pousadas para o turismo no verão e carnaval. Porém, como a procura foi muito além, a escassez começou a afetar o valor dos aluguéis.

A procura pelos centros urbanos de Águas de Chapecó e São Carlos, logo no início da obra, para moradia dos operários e suas famílias já teve dificuldades, pois eram poucas as casas com disponibilidade para alugar e os valores já muito elevados.

Figura 15. Noticiário de jornal da região



A construção da hidrelétrica Foz do Chapecó já está provocando mudanças na economia de Águas de Chapecó. A chegada de funcionários da Camargo Correa - responsável pela execução da obra - e de empresas terceirizadas aumentou a procura por locação de imóveis no município e em cidades vizinhas, como São Carlos. Os proprietários de casas e apartamentos estão satisfeitos com a procura, mas quem está chegando para se instalar reclama dos preços dos aluguéis. É o caso de Maria de Fátima Silva Ribeiro, que considera exorbitantes os valores cobrados. "Conseguimos alugar uma casa com facilidade porque meu marido veio para a cidade no início da movimentação, mas muitos já estão encontrando dificuldades".

Fonte: Jornal expresso d'Oeste, 02 de fevereiro de 2007, p. 09.

Com a escassez de espaço para moradia no período da obra deu-se início a ocupação de espaços vazios e à abertura de novos loteamentos, valorizados pela procura intensa ocasionada por uma remessa de investimentos externos, que foi atrativo para uma população temporária de operários. As terras localizadas na hinterlândia das áreas urbanas preexistentes de São Carlos e Águas de Chapecó, usadas pelo setor agrícola se transformaram em terra urbana, aumentando seu valor. É neste setor que percebemos a atuação dos proprietários fundiários com a realização de seus interesses sob a valorização de sua propriedade.

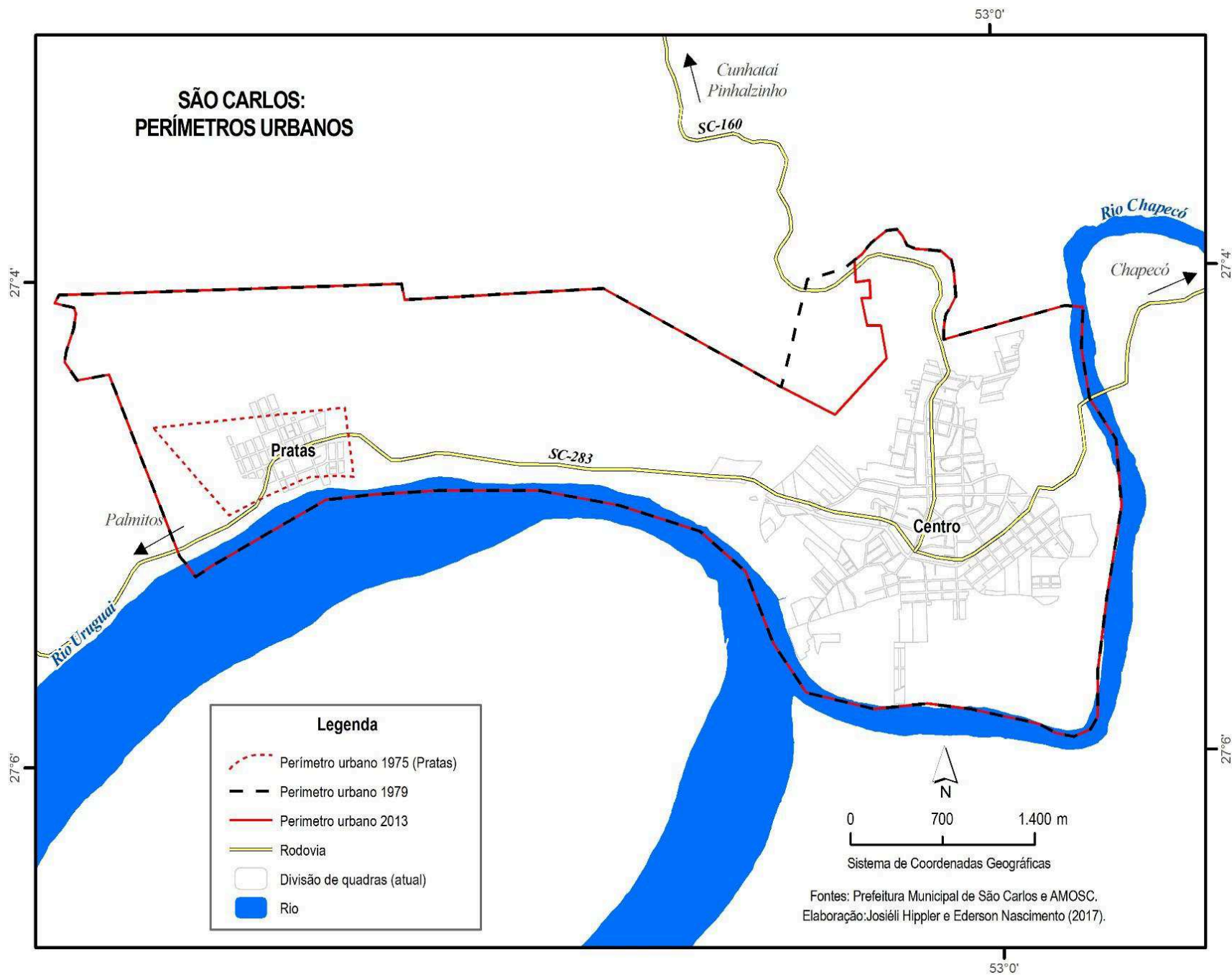
É sobretudo no espaço urbano que a terra, elemento vital à existência do homem, deixa de ser apenas o suporte para a produção capitalista e condição de vida para o homem, tornando-se também mercadoria. É em torno dessa mercadoria que se desencadeia uma teia de relações, muitas vezes contraditórias e conflitantes face aos interesses específicos de cada grupo social. No entanto, são os segmentos sociais que detêm maior poder sobre essa mercadoria que vão determinar sua utilização e meios para sua valorização, direcionando suas ações em função de seus interesses próprios (SILVA, 1995, p. 05).

Por ser uma cidade relativamente nova e pequena, a preocupação com os padrões urbanísticos não é muito antigo em São Carlos e ainda existem lacunas no seu planejamento. Neste sentido o consórcio Foz do Chapecó também teve uma contribuição importante com o financiamento para elaboração do plano diretor do município e a partir de então se tem um conjunto de normas e planejamento urbano mais específicas (Prefeitura municipal). É através desta ferramenta que o Estado, na esfera municipal com maior intensidade, atua na organização espacial da cidade, como agente regulador do uso do solo. O principal alvo é o perímetro urbano, que permite o crescimento da cidade com influências de agentes dominantes de acordo com seus interesses.

O primeiro perímetro urbano de São Carlos foi demarcado em 1975, definindo então o perímetro da Vila das Águas Minerais de Pratas, atualmente o bairro Pratas. Deste bairro são os primeiros loteamentos registrados de São Carlos no ano de 1979, Por isto a necessidade de demarcação do perímetro urbano para seguir a legislação de registro de loteamentos. O centro foi, no início, crescendo sem loteamentos e assim o perímetro urbano foi ampliado para abranger esta área em 1979. Esta modificação do perímetro urbano já expandiu muito a área urbana, já ligando o centro a Pratas.

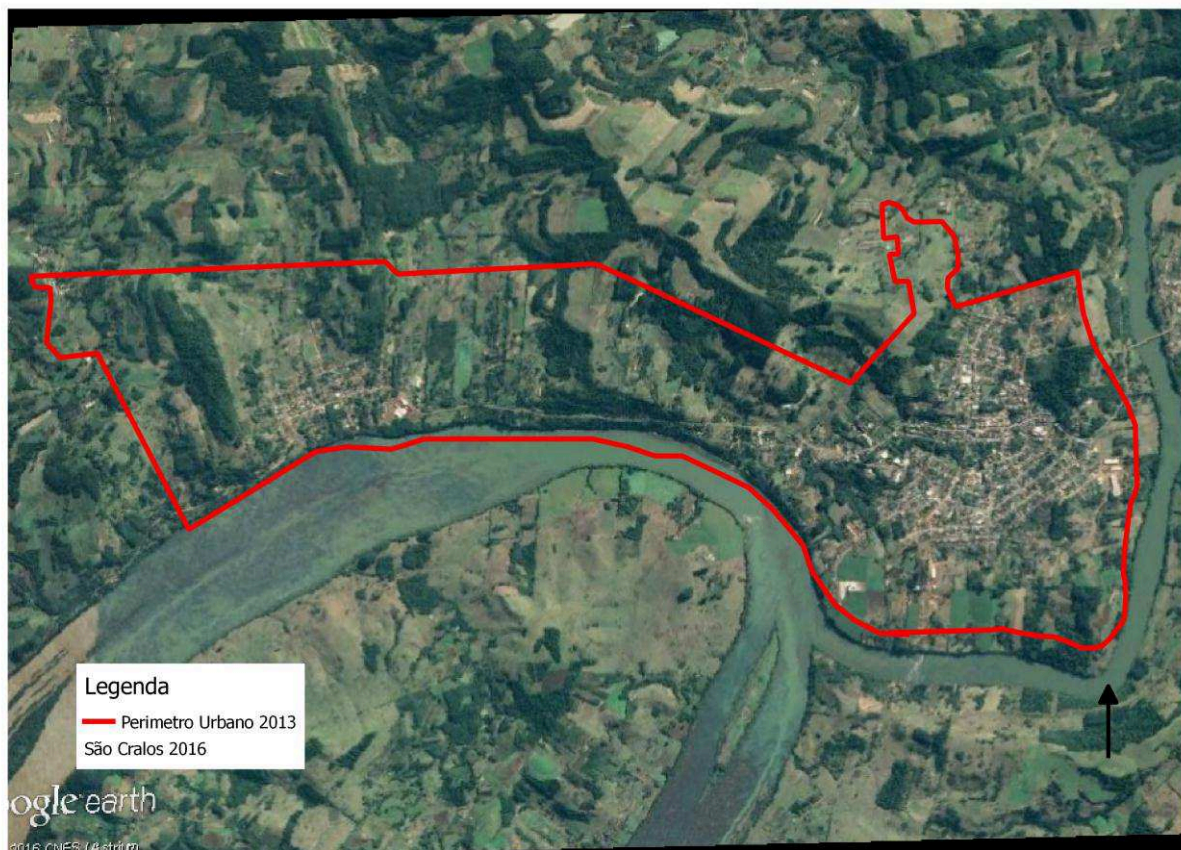
Em 2013 ocorreu a última alteração, Foram poucas as alterações, portanto, permanecendo quase a mesma área. Como pode ser visualizado no mapa a seguir. Percebe-se que a ocupação de novas áreas com atividades urbanas se faz nos locais indicados pelo macrozoneamento.

Figura 16. Perímetros urbanos de São Carlos



O atual perímetro urbano tem uma grande parcela ainda ocupada para atividades agrícolas, principalmente às margens do rio Uruguai, onde o macrozoneamento apresenta uma faixa de terra como área para exploração de atividades turísticas, porém até o momento nada foi planejado. No espaço entre o centro e o bairro de Pratas também há presença de algumas atividades urbanas intercaladas com espaços rurais. Assim, o perímetro urbano disponibiliza uma vasta área para conversão de solo rural em urbano, dependendo apenas dos interesses dos proprietários destas terras, como podemos analisar na imagem a seguir.

Figura 17. Perímetro urbano de São Carlos



Fonte: Elaborado pelo autor.

As ações dos agentes transformadores do espaço urbano, como os proprietários fundiários, o Estado, os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos, podem ser visualizados em São Carlos e com mais intensidade durante o período de construção da UHE Foz do Chapecó e posteriormente com a atração de novos investimentos. Através da análise de imagens de satélite podemos constatar a expansão urbana horizontal.

Para a elaboração do mapa temático da expansão urbana horizontal de São Carlos, foram utilizadas imagens disponíveis na internet, no aplicativo Google Earth Pro, dos anos de 2001, 2007, 2010, 2014 e 2016. Em virtude da distância, do bairro de Pratas do centro de São Carlos, optamos em trabalhar com imagens separadas de cada espaço, referentes ao mesmo período, para melhor visualização e delimitação das áreas urbanizadas. Sendo que do bairro Pratas não tivemos acesso a imagens de qualidade para o ano de 2002, assim a análise para este espaço é somente a partir de 2007.

Figura 18. Imagens da área central de São Carlos (2002- 2016)



2002



2007



2010



2014



2016

Fonte: Google Earth Pro

Figura 19. Imagens da área urbanizada no Bairro Pratas (2007- 2016)



2007



2010



2014



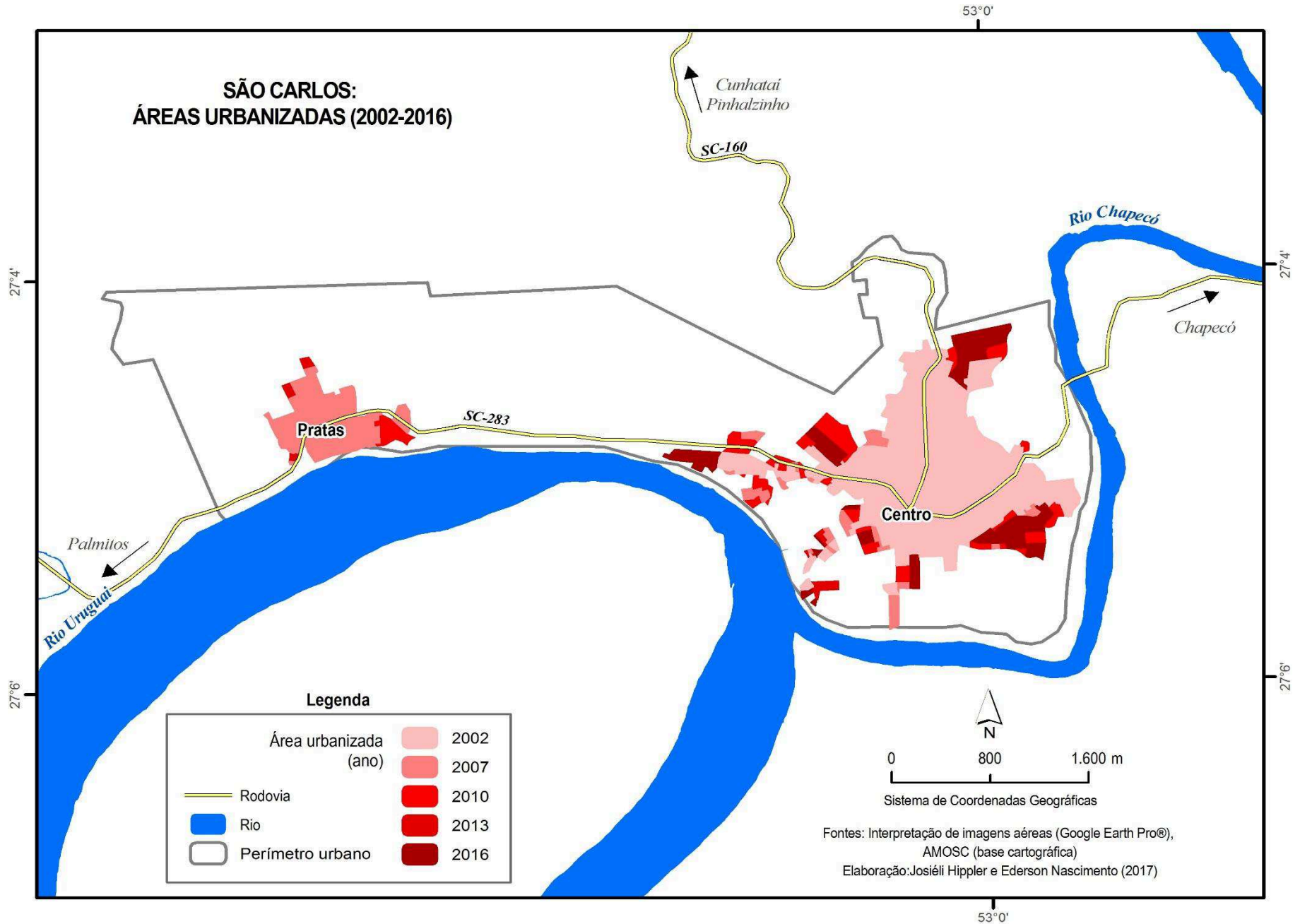
2016

Fonte: Google Earth Pro

Estas imagens foram geoferrenciadas no programa de geoprocessamento Qgis, após executamos o procedimento de vetorização manual, que consiste em delimitar as áreas urbanizadas em cada período, e por fim realizamos o cálculo da área urbanizada, em quilômetros quadrados (Km²), de cada imagem.

O mapa apresentado a seguir mostra a expansão da área urbanizada de São Carlos dos anos de 2002 a 2016.

Figura 20. Expansão urbana de São Carlos- SC, de 2002 a 2016



A tabela à seguir corrobora com as informações obtidas na análise do mapa temático da expansão urbana. Através destes cálculos podemos ter uma noção praticamente exata do crescimento da área urbanizada em cada período.

Tabela 5. Expansão urbana de São Carlos (Km²)

Ano	Centro	Pratas	Total (Km²)	Total (%)
2002	2,06	*	2,06	
2007	2,2	0,46	2,66	29,13
2010	2,49	0,5	2,99	12,41
2013	2,52	0,52	3,04	1,67
2016	2,96	0,52	3,48	14,47

*Para 2002, não temos disponibilidade de dados para o bairro de Pratas, pela ausência de imagens de satélite de qualidade, impossibilitando o cálculo da área urbanizada. Porém, estima-se que a área de 2002 deste bairro seja ligeiramente inferior a área de 2007.

Elaboração da autora.

Pode-se perceber que em 2002, uma parcela considerável da área urbanizada atualmente já estava constituída, entretanto, com muitos espaços vazios. De 2002 a 2007 houve um crescimento de 29,13 %, porém, 76,6% deste valor corresponde a área de Pratas, para a qual não temos dados da área urbanizada de 2002. Deste modo, analisando somente o crescimento da área urbanizada do centro, obtém-se um crescimento de 6,79%, sendo que o período corresponde a cinco anos.

É notável o maior crescimento da área urbanizada em todos os sentidos, no período de 2007 a 2010, que corresponde ao período de maior movimentação de operários na cidade para a construção da UHE Foz do Chapecó. Nesse intervalo de três anos, foram regularizados na prefeitura três loteamento particulares, sendo em 2007 os loteamentos Lomanh, e Diel, e em 2010 o loteamento Hames, como também o loteamento habitacional Silvenio Picoli em 2009. Isto corresponde a um expansão urbana de 12,41%.

De 2010 a 2013 o crescimento das áreas urbanizadas foi quase inexistente, somente 1,67%. Houve praticamente uma estagnação no desenvolvimento urbanos após término da obra. Nos ano de 2013 a 2016 o crescimento da mancha urbana teve um aumento de 14,47%, maior que no período da obra da usina. A expansão ocorreu em pontos isolados, ligados a novos investimentos locais e programas como do Governo Federal como o Minha Casa Minha Vida que contribuíram para o crescimento das áreas urbanizadas. São áreas de alguns novos loteamentos, dos quais regularizados junto à prefeitura, o loteamento Imperial, e o loteamento

Ana Maria, nas proximidades do campus do Instituto Federal de Santa Catarina, o condomínio residencial Vale das Águas, ligado ao Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida e a área industrial, localizado no Bairro Cristo Rei, que teve maior investimentos neste período.

Além destes loteamentos regularizados, entre os anos de 2007 a 2010, também foram criados alguns espaços que ainda não estão regularizados junto à prefeitura. Sobre discurso de desenvolvimento regional do momento da construção da UHE Foz do Chapecó, alguns proprietários criaram espaços para novos loteamentos que até o momento ainda não estão ocupados, formando vazios urbanos. Como o caso destes espaços, localizados no Bairro Industrial¹, indicados como dois loteamentos em placas de licenciamento ambiental colocadas no local. Esses espaços vazios tendem a ser ocupados nos próximos anos, pois estão localizados ao lado do condomínio residencial Vale das Águas, com 94 apartamentos, tendo a desenvolver a cidade neste eixo, principalmente no comércio para atender as necessidades dessa população local as margens da Avenida Santa Catarina, rua principal que aparece na parte inferior da foto. No macrozoneamento de 2010, este trecho consta como eixo de densificação urbana.

¹ Para a população local o Bairro industrial é o bairro onde está localizado o parque industrial do município. Porém, conforme a Lei municipal nº 1.300 de 22 de agosto de 2005 o bairro denominado Bairro Industrial está localizado no lado oeste da área urbanizada na saída para Palmitos.

Figura 21. Vazios urbanos



Fonte: Google Earth Pro

Este outro caso de vazio urbano está localizado no Bairro Cristo Rei, nas proximidades do loteamento habitacional. São áreas já marginalizadas pela população e de pouco interesse do setor imobiliário, justamente por atender as parcelas mais pobres da população. O espaço no qual já encontram-se ruas abertas é de propriedade particular e está em processo de desmembramento junto à prefeitura, aumentando a área de expansão urbana.

Figura 22. Vazios urbanos



Fonte: Google Earth Pro

Ocorreu também a ocupação dos lotes desocupados de loteamentos dos anos anteriores. Áreas que estavam em pousio social (SOUZA, 2011) ou que não tinham procura. Percebe-se nas imagens a seguir o preenchimento dos espaços vazios.

Figura 23. São Carlos em 2002



Fontes: Google Earth Pro (disponíveis na internet).

Figura 24. São Carlos em 2016

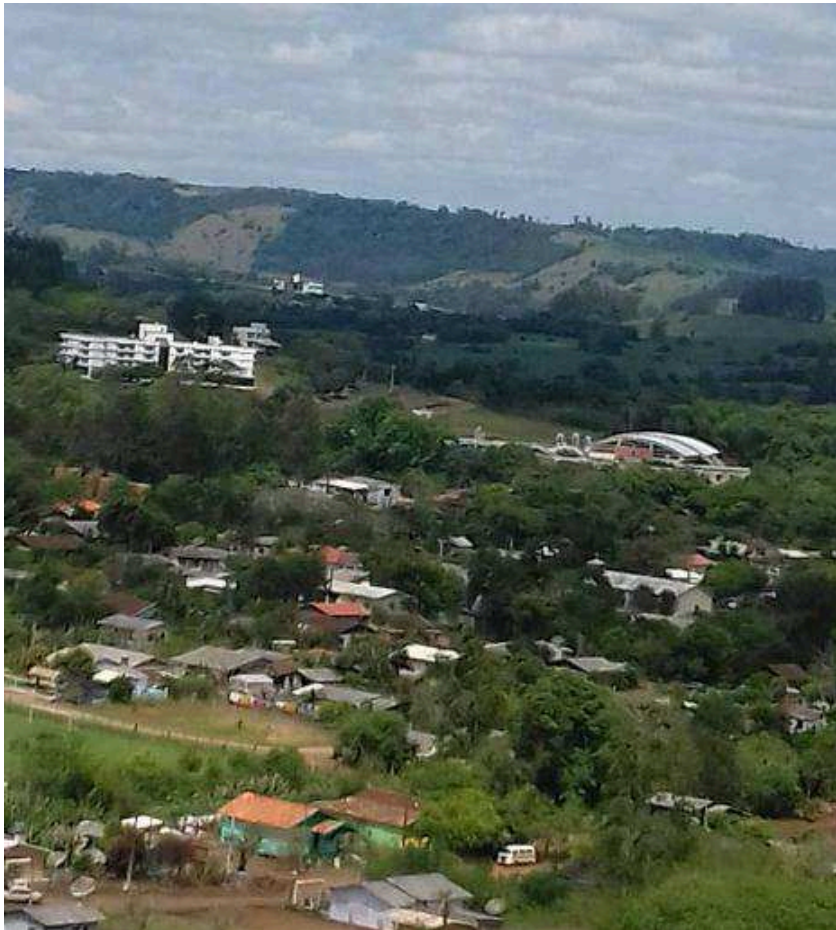


Fontes: Google Earth Pro (disponíveis na internet).

Ainda existem espaços vazios no centro da cidade, são espaços que estão à espera de mais valorização e outros de moradores antigos que ainda permanecem nos locais com lotes maiores ou mais de um lote.

O bairro de Pratas fica distante cerca de quatro quilômetros do centro, e se desenvolveu pelo turismo de águas termais. Neste bairro surgiram os primeiros loteamentos de São Carlos no ano de 1979, influenciados pelo desenvolvimento do turismo. Com a construção da hidrelétrica, algumas atividades que já passavam por dificuldades pioraram, como a dos pescadores e do antigo balneário que está abandonado na maior parte do ano, com exceção do verão em que o espaço é organizado e limpo. É uma área especializada no turismo, que perdeu boa parte de sua funcionalidade e está muito desvalorizado.

Figura 25. Bairro Pratas



Fonte: Cristiane Sampaio

Como podemos analisar no mapa (figura 20), o bairro teve pouco crescimento urbano. Nos anos de 2007 a 2010 não houve crescimento algum na mancha urbana, em 2010 a 2014 o crescimento corresponde à área do parque aquático, que até o momento ainda não foi concluído,

e mais algumas casas em locais isolados. Para os anos de 2014 a 2016 também não houve crescimento na parte urbana do bairro de Pratas. O preenchimento dos vazios urbanos também não é muito considerável. Assim, o local que teve os primeiros loteamentos do município e um desenvolvimento através do turismo no passado, atualmente está com seu crescimento praticamente paralisado, e com a construção da UHE Foz do Chapecó teve muitas perdas que se agravaram com as enchentes dos anos de 2014 e 2015, tornando esse local pouco atrativo para o setor imobiliário. Ao contrário do centro de São Carlos, o bairro de Pratas sofreu com os aspectos negativos da obra da UHE Foz do Chapecó.

O processo de expansão horizontal é o que predomina no crescimento do tecido urbano, mas ocorreu no período um pequeno movimento para a verticalização, principalmente da avenida principal e ruas paralelas, definidas no macrozoneamento urbano como eixo de densificação urbana, respectivamente o espaço em que é permitido construir prédios mais altos, com até oito pavimentos (Anexo III, Plano Diretor Participativo de São Carlos). No início de 2016, teve início a construção do prédio com mais pavimentos até então. Trata-se do edifício Mônaco, construído pela incorporadora Construforte, de propriedade de um empresário local, com dez andares.

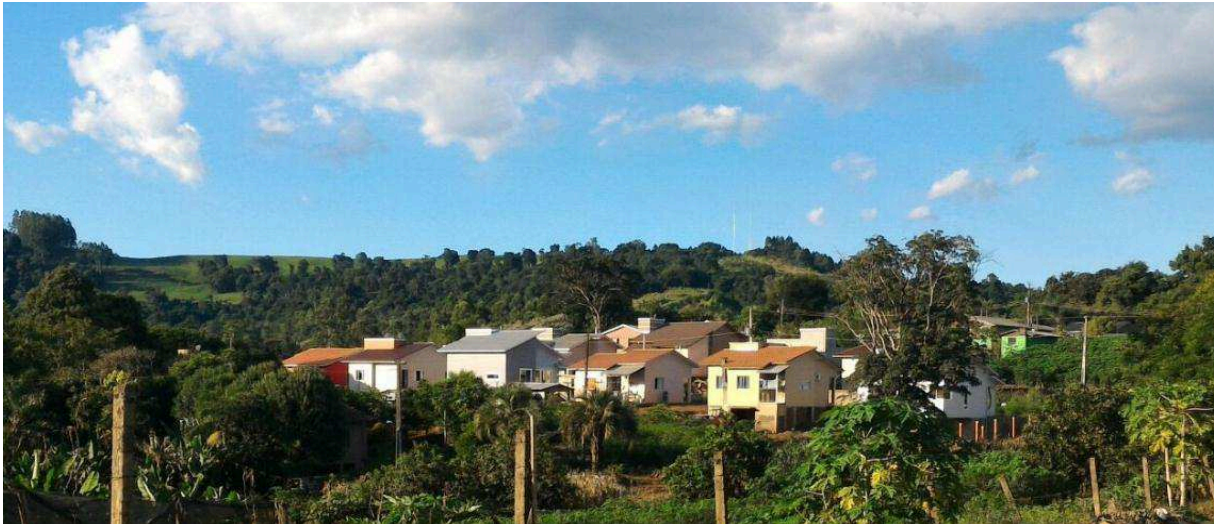
O comércio também teve mudanças nesse período. Se instalaram lojas integrantes de redes varejistas do sul do país, principalmente de móveis, que se mantêm até os dias de hoje, e o aumento da variedade no setor comercial e de serviços. Assim, São Carlos cria certa centralidade sobre as cidades vizinhas que são menores, casos de Cunhataí e Águas de Chapecó.

Ficou evidente também que as modificações territoriais locais não são uma prerrogativa somente da presença das hidrelétricas, sendo, também determinadas por motivações de escalas temporais e espaciais mais amplas. A própria construção desses grandes objetos técnicos é o resultado de uma clara demanda por energia, e, portanto, de que o conjunto do Brasil se modifica em função de políticas de “desenvolvimento”, fortemente marcadas por iniciativas de aceleração e/ou crescimento da economia (VIGNATTI, 2013, p. 332).

A atração de novos investimentos, depois dessa movimentação pós-barragem, também pode ser percebida. Na área da educação uma grande conquista para o município foi a instalação de um campus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em 2012. Desde que a notícia de instalação do campus em São Carlos foi divulgada, já se pode perceber o interesse dos proprietários de terra daquela região, que até então estava distante do centro e era utilizada por atividades primárias, pela sua valorização através da conversão em solo urbano. As atividades do instituto aconteceram durante alguns anos em prédios alugados até o término da obra do

prédio, que foi inaugurado em junho de 2016. Um loteamento, denominado Ana Maria, já foi regularizado nas proximidades do campus em 2013, e está praticamente todo ocupado por casas em um curto período de tempo. Assim o campus do Instituto Federal de Santa Catarina, está estimulando a urbanização da ocupação em um eixo do perímetro urbano que antes era ocupado por atividades ligadas à agricultura, como mostra a imagem a seguir.

Figura 26. Loteamento Ana Maria.



Fonte: Josiéli Hippler

Programas sociais do governo federal também impulsionaram a urbanização de São Carlos nos últimos dez anos. Como a maioria da população pertence à classe trabalhadora e morava de aluguel, o programa Minha Casa Minha Vida auxiliou essas famílias a construir sua casa própria, aumentando o processo de ocupação de loteamentos com lotes em preços acessíveis e mais distantes do centro.

Com o programa Minha Casa Minha Vida, as incorporadoras também atuaram, neste caso atendendo a população com menos condições econômicas. Através de financiamentos junto ao BNDES, a incorporadora Construforte, construiu um condomínio de seis prédios, com noventa e seis apartamentos, que podem ser financiados pelo programa. O condomínio Vale das Águas foi inaugurado neste ano, e está praticamente todo ocupado. Este empreendimento está localizado no lado oeste da cidade na saída para o município de Palmitos, trecho em que não há uma ocupação intensa do espaço e não há, até o momento, nenhum tipo de comércio. É um espaço que está sob especulação imobiliária, com duas áreas de loteamentos já com a vegetação retirada e ruas abertas que ainda não estão regularizados na prefeitura municipal.

Figura 27. Condomínio residencial Vale das Águas.

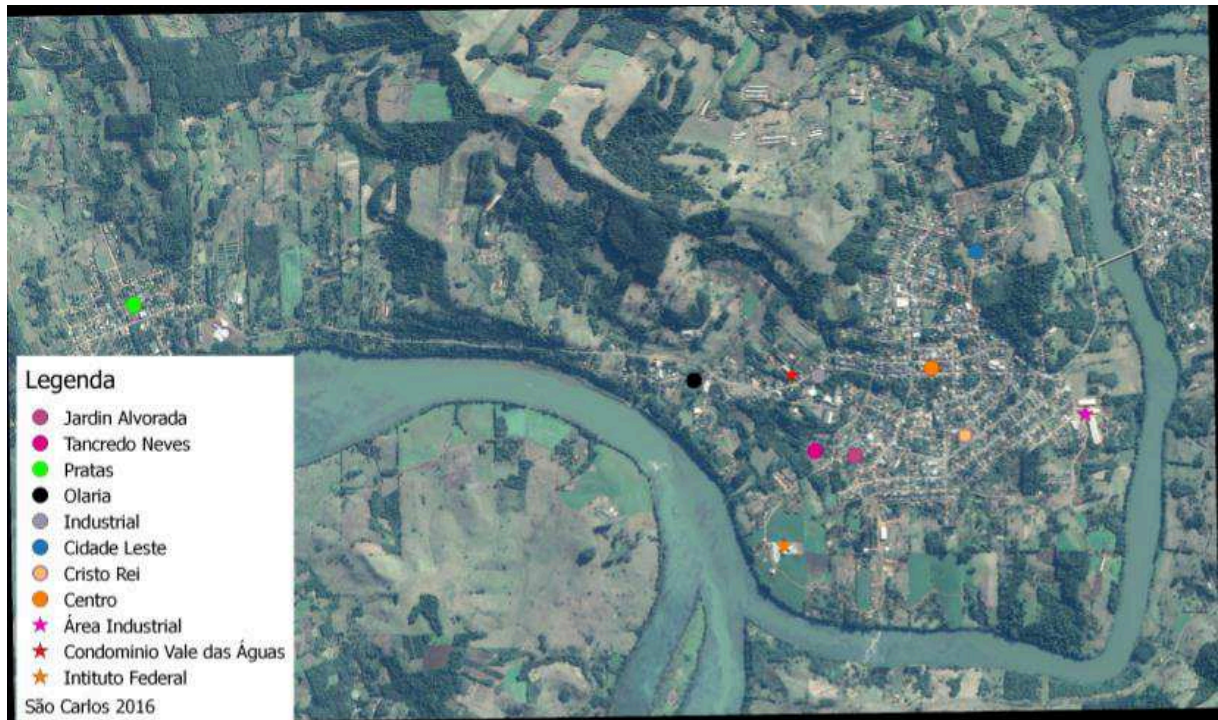


Fonte: Ederson Nascimento.

Com a finalização deste condomínio se esperava um esvaziamento das casas alugadas no centro da cidade e a diminuição no valor de locação das mesmas, porém isto não aconteceu, os preços continuam os mesmos e a procura por casas ainda é grande. Isto está acontecendo pela chegada de famílias de outras cidades para residirem em São Carlos, principalmente para trabalhar nos cargos mais altos das empresas locais de maior poder econômico, assim como professores e diretores do campus do Instituto Federal.

Atualmente, São Carlos conta com uma estrutura urbana com alguns problemas de planejamento, como saneamento básico e mobilidade, legados de um centro planejado no passado sem a preocupação com o crescimento. Os investimentos nos diversos setores têm ajudado a reformular o tecido urbano, espalhando as atividades por um espaço maior. Cada local é ocupado por atividades diferenciadas, promovendo o crescimento do tecido urbano. Como são os casos do campus Instituto Federal de Santa Catarina, área industrial e condomínio residencial.

Figura 28. Localização dos Bairros, Instituto Federal, Área Industrial e Condomínio Residencial



Elaboração do autor.

A área industrial está localizada no espaço onde funcionava o antigo frigorífico, é um espaço que teve muitos investimentos nos últimos anos do poder público municipal, com plantas industriais das maiores indústrias do município. Esse era um espaço vazio há muitos anos, após a falência do frigorífico Friscar em 1996. Está próximo a SC-283 que liga São Carlos a Chapecó. Com a instalação das empresas estão sendo ocupado os espaços próximos para moradia, principalmente por famílias das classes sociais inferiores, pois está ao lado dos loteamentos populares que foram entregues no ano de 2009.

Figura 29. Área industrial de São Carlos



Fonte: Josiéli Hippler.

O bairro Cristo Rei é o maior de São Carlos, já conta com estrutura comercial para atender as demandas locais, com uma praça, posto de saúde e escola em sua rua principal. É um espaço marginalizado pela população, por ter uma história de criminalidade no passado. Atualmente os maiores números de criminalidade correspondem as áreas que estão localizadas aos fundos deste bairro, próximos a área industrial, onde estão localizados os loteamentos habitacionais. São neles que residem as famílias mais carentes, onde estão os loteamentos populares e as chamadas Cohabs², com lotes menores. Tornando este espaço pouco atrativo para a criação de novas áreas residenciais, em que a expansão urbana ficou por conta de programas habitacionais. Em alguns pontos não existem ruas, são praticamente vielas intransitáveis por automóveis.

² Companhia de habitação do estado de Santa Catarina, órgão vinculado a secretária do estado de assistência social, trabalho e habitação, que destina-se ao atendimento dos extratos populacionais de mais baixa renda, com a produção e comercialização de casas populares com área de atuação no estado de Santa Catarina.

Figura 30. Rua Principal Bairro Cristo Rei



Fonte: Josiéli Hippler

Figura 31. Área próximo ao parque industrial



Fonte: Josiéli Hippler.

Figura 32. Loteamento habitacional Silvenio Picoli, instalado em 2009.



Fonte: Josiéli Hippler

O bairro Tancredo Neves é um espaço sem regularização fundiária e com pouco planejamento em um espaço íngreme ocupado pela população carente no passado. Na maioria dos casos é esta a população que o poder público beneficia com casas populares nos programas sociais, na tentativa de amenizar a situação destas famílias e de certa maneira organizar este espaço.

Figura 33. Bairro Tancredo Neves



Fonte: Google Earth Pro

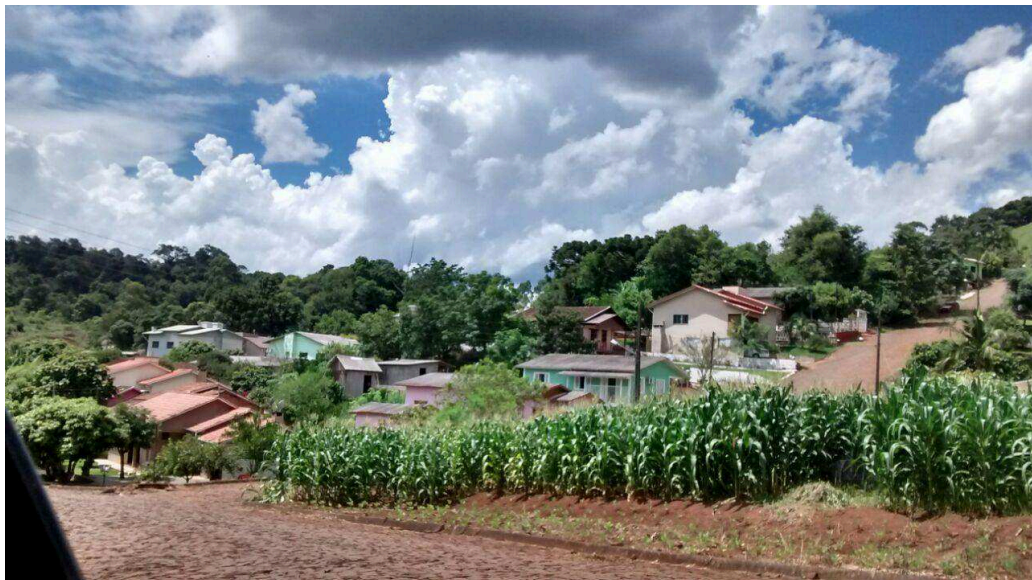
O Jardim Alvorada é um bairro de classe trabalhadora e onde está localizado o campus do instituto federal, que está modificando a funcionalidade local e desenvolve a urbanização neste eixo da cidade com um padrão mais elitizado nas margens do rio Uruguai. Na legislação vigente que divide o espaço urbano em bairros³ o campus do Instituto Federal de Santa Catarina não está neste bairro, pois a lei é de 2005, este espaço ainda é destinado como chácara, mas por convenção o endereço do campus está direcionado a este bairro atualmente. Ressaltando a necessidade de definições de nova legislação para este assunto.

No bairro Olaria, a urbanização não é muito concentrada, neste local funciona um frigorífico de pequeno porte e uma pequena aglomeração de casas.

O denominado bairro industrial, está localizado na saída para Palmitos no lado oeste da cidade. Neste local está o condomínio residencial Vale das Águas e a partir da implantação deste objeto geográfico a terra nas proximidades está sobre especulação imobiliária.

A chamada cidade leste está um pouco isolada do centro, uma vez que entre esses espaços tem uma área de preservação ambiental mantendo este espaço no lado do centro sem ocupação urbana. Este bairro também é de classe popular com muitos lotes ainda vazios.

Figura 34. Bairro Cidade Leste



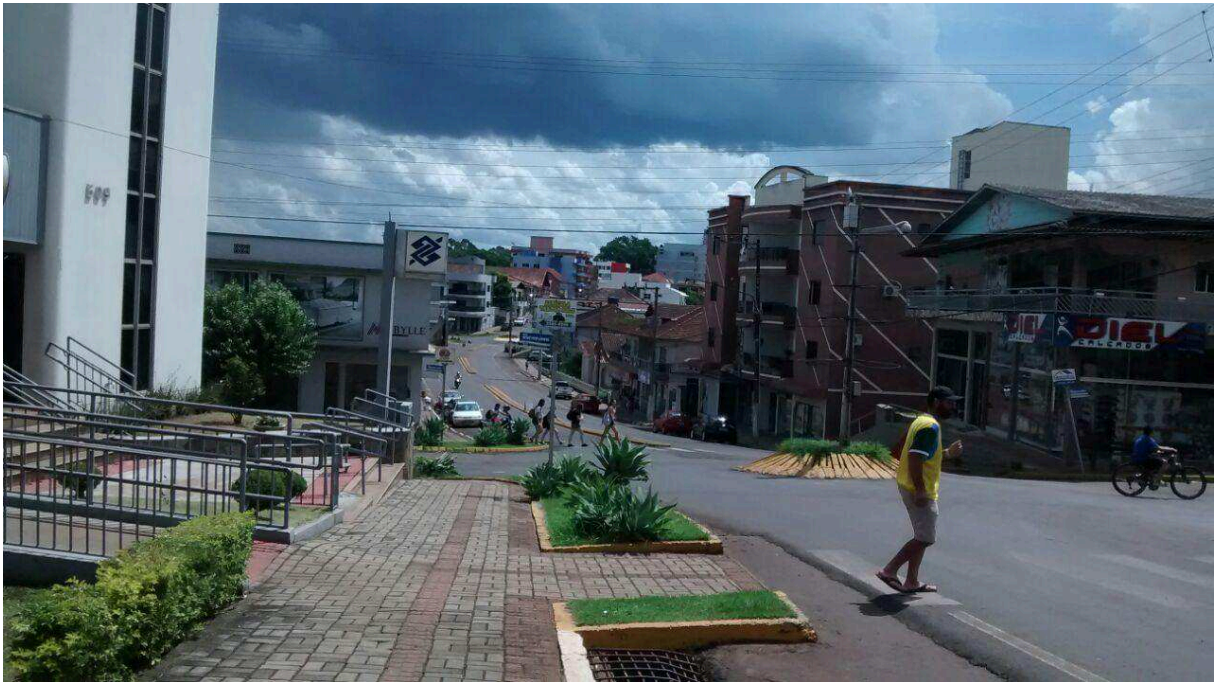
Fonte: Josiéli Hippler.

O centro é caracterizado por ser um centro tradicional, com toda diversidade de ocupação entre comércio, serviços e espaço residencial da elite tradicional do município. A

³ Lei nº 1.300 de 22 de agosto de 2005.

Avenida Santa Catarina é a principal rua da cidade e também a com maior presença de prédios. O espaço do centro, na rua do comércio e parte da avenida Santa Catarina devem estar adequados a lei com no mínimo dois pavimentos, sendo o primeiro para uso comercial, trazendo novas características na paisagem urbana⁴. Nas ruas paralelas o espaço é predominantemente residencial. O lado noroeste do centro está se elitizando e caracterizado por chácaras e um espaço arborizado.

Figura 35. Centro- Avenida Santa Catarina



Fonte: Josiéli Hippler

O período de construção da UHE Foz do Chapecó teve muita influência na reorganização do tecido urbano de São Carlos. Além da expansão horizontal também se teve outros pontos de desenvolvimento após a “animação dos centros próximos as obras” (VIGNATTI,2013), como a atração de novos investimentos posteriores. Como o município não teve população diretamente atingida pela formação do lago, não perdeu população e geração de renda. O único ponto negativo está na questão dos pescadores e turismo, segmentos que já se encontravam em situação difícil antes das obras. Baron (2012), aponta que a questão do desenvolvimento da região com influência da UHE Foz do Chapecó depende do ponto de vista da questão cultural e posição social dos agentes envolvidos. Para a questão em análise nesse trabalho, podemos constatar que o período de construção foi fator fundamental para esse “salto” na expansão urbana e maior atuação dos agentes transformadores do espaço urbano. Uma

⁴ Lei nº 1.593 de 12 de março de 2010.

análise mais profunda dos setores econômicos necessita de novos estudos mais aprofundados, em que as decisões externas tiveram papel fundamental nas alterações do território. “O que se percebe é que as grandes obras em toda bacia do rio Uruguai mudaram a configuração política, social e ambiental”. (BARON, 2012, p. 104).

Segundo Pedro Melchior⁵, diretor do MAB, percebe-se que o caos pós obra não existiu, programas do governo federal de incentivo a economia nesse período auxiliaram neste processo, bem como uma boa preparação dos grupos sociais envolvidos. Toda estrutura comercial e urbana alterada nesse período mantém-se até hoje.

⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste de Santa Catarina foi destinada para as pequenas propriedades rurais que abastecem a agroindústria da região já na demarcação de lotes no período de colonização. São Carlos, já foi planejada como centro urbano neste período. Este centro foi inicialmente ocupado pela elite tradicional do local, fato que ainda se repete até os dias atuais. A urbanização aconteceu de maneira pouco expressiva, com um aglomerado de casas e algumas casas comerciais. Sua base comercial é a agricultura familiar, sendo que apenas em 2000 o número de população urbana passa o de população rural. O setor industrial teve pouca atuação no passado e muitos empreendimentos não tiveram sucesso. Este fato está ligado ainda ao período de colonização em que todo o capital pertencia a agentes externos, como a colonizadora e as madeireiras.

Os estudos para implantação da uma Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó são antigos e maioria da população não acreditavam mais nesta hipótese. Mas no final da década de 1990, começaram a ser anunciadas as primeiras decisões para a construção da UHE Foz do Chapecó.

Pela proximidade do centro de São Carlos com o canteiro de obras, o mesmo foi espaço para moradia de inúmeros operários o que causou alterações principalmente no centro urbano. A alteração mais notável foi a expansão urbana no período de 2007 a 2010, com registro de quatro loteamentos junto à prefeitura, que corresponde a esse período de maior movimentação para a construção da barragem. A expansão se deu na forma horizontal, como pode ser analisado nos mapas temáticos apresentados ao longo do trabalho.

Após o término da obra a expansão urbana somente se deu em alguns pontos isolados, sendo alguns loteamentos um espaço correspondente a área industrial do município, construída nos últimos anos.

Pequenos centros urbanos geralmente tendem a ter um crescimento pequeno devido a estrutura econômica e social que apresentam. Assim, necessitam de um impulso para a aceleração da expansão urbana, que geralmente são agentes externos ao local com um poder econômico de investimentos mais elevados.

No bairro de Pratas, que fica mais distante do centro, os reflexos do período da obra foram diferentes, pois com o impacto do trecho de vazão reduzida do rio Uruguai, este espaço teve perda de parte de suas funcionalidade que era ligada ao turismo e atividade de pescadores. O parque aquático que foi ofertado como medida de compensação a essas perdas ainda não está concluído, e tornou-se um assunto polêmico.

A estrutura urbana atual é mais complexa e atende as demandas locais, como também se tornou um centro para os municípios menores ao seu redor. Os bairros já tomam características próprias e desenvolvem particularidades e o início de um processo de segregação sócio espacial.

Após o término da obra o crescimento da expansão urbana diminuiu. Novos investimentos estão sendo responsáveis pelo desenvolvimento de alguns vetores. Como o campus do Instituto Federal de Santa Catarina que foi construído distante da área central, mas já valorizou todo seu entorno e a ocupação deste espaço para moradia. Outro investimento que está alterando a dinâmica urbana é o condomínio residencial Vale das Águas, construído por uma incorporadora local e financiado pelo BNDES, juntamente com maiores investimentos na área industrial do município.

Começa a se perceber uma densificação na área central e a construção de prédios com o número máximo de pavimentos permitido pelo plano diretor, para atender as demandas da elite local.

Portanto, o período de construção da UHE Foz do Chapecó provocou inúmeras alterações no espaço urbano de São Carlos, não afirmamos que somente este fator tenha sido responsável pelo crescimento, pois esse período coincidiu com os anos de mais construções de residências através dos programas do Governos Federal, porém pela grandiosidade desta obra ela foi um dos fatores mais importantes.

Para São Carlos, a obra da UHE Foz do Chapecó, teve mais fatores negativos, a expansão urbana denota que houve um crescimento na área urbanizada, mas esse crescimento não significa que houve desenvolvimento para todos os envolvidos. Ainda são realizadas audiências públicas para tentar reivindicar alguns fatores que foram “maquiados” no período da obra, porém, agora, após o término da construção as dificuldades são bem maiores para conseguir algum auxílio.

O município não recebe royalties, por não ser considerado município atingido, pois somente são considerados municípios atingidos aqueles onde a formação do lago da usina causa impactos, assim a perda do rio no trecho de vazão reduzida foi um impacto irreversível para a população local, principalmente pescadores e atividades turísticas. Assim, a realidade atual, não condiz com o que foi prometido na efervescência do período de construção da usina pelo consórcio Foz do Chapecó.

Percebe-se que não houve um caos pós obra a cidade soube aproveitar as oportunidades e converter a maioria dos impactos a seu favor no incremento do desenvolvimento urbano local. O comércio local teve que se adaptar as redes varejistas que se instalaram nesse período. O comércio que se instalou nesse período de maior movimentação se mantém até os dias de hoje, o que em partes comprova o desenvolvimento pós obra para a manutenção da economia local.

Os investimentos que foram pensados para o turismo antes da obra ainda não foram realizados, a região atingida conta somente com a estrutura do turismo de águas termais preexistente, e ainda prejudicadas pelo trecho de vazão reduzida que atingiu os espaços voltados para este uso.

Porém, as transformações deste período para toda região atingida ainda carecem de estudos em várias áreas, como estudos mais aprofundados do setor comercial e movimento econômico, impactos sobre os números de criminalidade deste período e de famílias que permanecem nos locais das obras.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Energia Elétrica. Contrato de concessão nº 128/2001- ANEEL- AHE Foz do Chapecó. Disponível em:< http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/Contrato/Documentos_Aplicacao/CG01128FozdoChapeco.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.
- ALBA, Rosa Salete et al. Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, Marlon, NASCIMENTO, Ederson (org). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João editores. Chapecó, UFFS, 2015.
- ANEEL. Atlas de energia elétrica do Brasil. Energia no Brasil e no mundo. Disponível em:< http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par1_cap2.pdf> . Acesso em: 05 out. 2016.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Critérios de classificação econômica Brasil. Disponível em: < <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=criterios+usados+pela+abep+para+pesquisas+de+domicilios+urbanos>> Acesso em: 20 jan 2017.
- BÁREA, Guilherme Antônio. **Análise físico- espacial da área impactada pela usina hidrelétrica Foz do Chapecó no município de Chapecó- SC**. Florianópolis, 2014.
- BARON, Sadi. **UHE foz do Chapecó: estratégias, conflitos e o desenvolvimento regional**. 2012.103 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012.
- BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. In: BORTOLETO, Elaine Mundim. **Os impactos do complexo hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina- SP**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 53-62.
- BRAGA, Roberto. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. p. 95- 109.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. O processo de urbanização visto do interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. **In: CAMPOS FILHO, Candido Maha. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que as cidades brasileiras devem fazer para a humanização das cidades.** São Paulo: Nobel, 1989. P 45- 70.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9 ed. São Paulo, contexto, 2015.

CATAIA, Marcio. **Poder política e uso do território:** a difusão do macrossistema elétrico nacional. In: XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Barcelona, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato, **Globalização e reestruturação da rede urbana:** uma nota sobre pequenas cidades, 1999. In: Revista território, ano IV, nº6, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.**

GEOUSP- Espaço e tempo, São Paulo, nº30, p. 05-12, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 3. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

DEIMLING, Cristiane Danieli. **Colonização, pequena produção mercantil e agroindústrias em São Carlos:** das fábricas de banha ao frigorífico São Carlos Friscar décadas de 1930 a 1970. 2014. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em geografia licenciatura) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

Empresa de pesquisa energética. Balanço energético nacional. **Relatório síntese,** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <
https://ben.epe.gov.br/downloads/S%C3%ADntese%20do%20Relat%C3%B3rio%20Final_2016_Web.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis das pequenas e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 2006. 505 p. (Doutorado em Geografia) - Universidade estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

Foz do Chapecó energia S. A.. **Histórico.** Disponível em:<
<http://www.fozdochapeco.com.br/historico.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

Foz do Chapecó S. A.. **Benefícios/Royalties.** Disponível em: <
<http://www.fozdochapeco.com.br/socioambiental/#beneficios>> Acesso em: 10 jan. 2017.

Foz do Chapecó S. A.. **Municípios Atingidos.** Disponível em: <
<http://www.fozdochapeco.com.br/usina/>>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias.** MERCATOR- número especial, p. 75-81, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades- número de pessoas ocupadas na indústria.** Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=421600&search=santa-catarinalsaocarlosinfo%El%EFicos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades, Cunhataí-SC.** Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420475&search=santa-catarinalcunhatai>> Acesso em: 01 out. 2016.

KERBES, Zenaide Ines Schmitz. **Conhecendo São Carlos**. São Carlos: Gráfica Editora Porto Novo, 2004.

MAPA INTERATIVO. **Município**. Disponível em: <
<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml> > Acesso em: 05 Nov. 2016.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria do estado da cultura e do esporte, 1991.
PICCOLI, Walmor. Um pouco de história: Pratas, São Carlos- SC, 2003.

Prefeitura Municipal de São Carlos. **Relatório Analítico do Valor Adicionado, Indústria e comércio**. São Carlos, 2016.

Prefeitura Municipal de São Carlos. **Turismo**. Disponível em: <
<http://saocarlos.sc.gov.br/turismo/> > Acesso em: 15 nov 2016.

RAMALHO, Mário Lamas. **Território e macrossistema elétrico nacional: as relações entre privatização, planejamento e corporativismo**. 2006. 185 f. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade de São Paulo, curso de pós-graduação em geografia humana, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 15ª ed. Record, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 4 reimpr. Editora da universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia um manifesto. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2000, Florianópolis. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano V, nº9. p.103-109.

São Carlos. **Plano diretor participativo municipal**. Lei nº 1.593 de 12 de março de 2010. Disponível em:
<http://www.saocarlos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/42202#.WKZYeNlrLIU>>
Acesso em: 15 jan 2017.

São Carlos. Lei nº 1.300 de 22 de agosto de 2005.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: São Carlos**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 132p. Disponível em: <
<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20S%C3%A3o%20Carlos.pdf> > Acesso em: 15 Out. 2016.

SILVA, Joseli Maria. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR**. Florianópolis, 1995, 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VARGAS, Myriam Aldana et al. Diálogos entre o plano diretor municipal e o consórcio Foz do Chapecó: o caso do Goio- Em. In: MAGRO, Marcia Luíza Pit Dal, RENK, Arlene, FRANCO, Gilza Maria de Souza(Org). **Impactos socioambientais da implantação da hidrelétrica Foz do Chapecó**. Chapecó- SC: Argos, 2015. p. 61-88.

VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezenatto. **Modificações territoriais induzidas pelas usinas hidrelétricas do rio Uruguai, no oeste catarinense.** 162 p. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 2001.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.** Chapecó: Argos, 2006.

WOLFF, Juçara Nair. **Espaços de sobrevivência e sociabilidade: uma análise do cotidiano em São Carlos/SC - 1930-1945.** 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 1997.